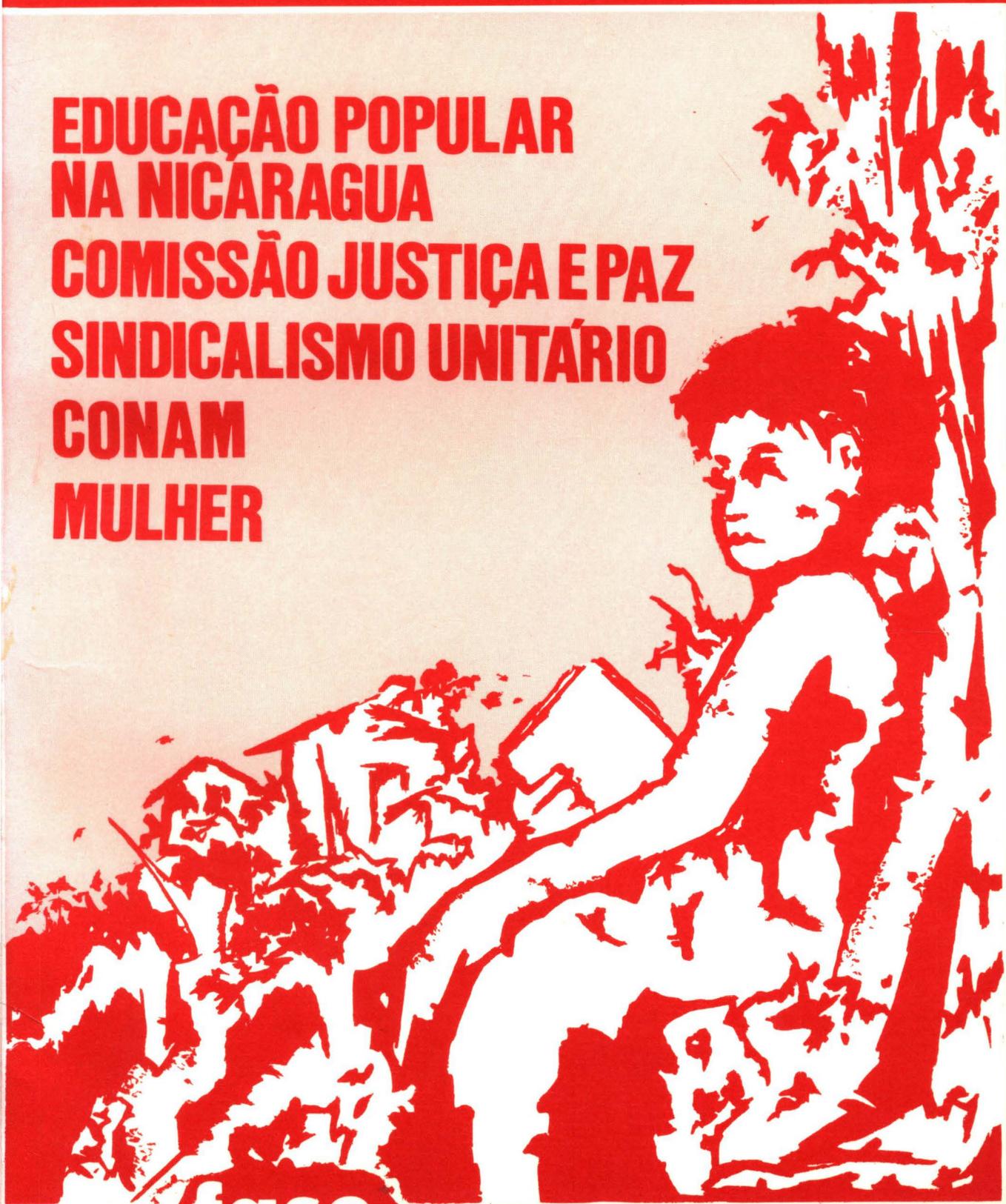


proposta nº 19

SISTEMATIZAÇÃO • EXPERIÊNCIAS • ANÁLISES EM EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO POPULAR
NA NICARAGUA
COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ
SINDICALISMO UNITÁRIO
CONAM
MULHER**



fase

proposta

SISTEMATIZAÇÃO, EXPERIÊNCIAS E ANÁLISES
EM EDUCAÇÃO POPULAR

MARÇO/1982 - Nº 19

Editorial	3
CONAM - Diversos posicionamentos sobre o 1º Congresso e a criação da entidade nacional	5
COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ - O que significa esta entidade a serviço do Movimento Popular	13
A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES - O recente processo organizacional das mulheres em seus aspectos políticos e de estrutura - Renata Villas-Bôas	18
A QUESTÃO DO PLURALISMO E DAS MINORIAS - A experiência italiana de criação do sindicato unitário - Luciano Lama	24
O DESAFIO DA EDUCAÇÃO POPULAR NA NICARÁGUA - A identificação da Revolução Sandinista como um processo de educação	30

PROPOSTA - Publicação de circulação interna da FASE-Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

Coordenador Nacional: Jean Pierre Leroy.

Coordenador de Publicações: Ney Pires de Azevedo.

Conselho de Redação: Clínio Reinaldo de S:Lima, Glória Ochoa, Maria das Graças F. Costa, Maria Lídia S. da Silveira; Nádía Campeão, Paulo de Tarso Vesceslau.

Secretária de Redação: Ziléa Reznik.

Capa e Diagramação: Antonio Rogério Garcia Silveira.

Datilografia: Elita Vicente de Paula Duailibe.

Impressão: Vickson de Souza Viana.

Registro na Divisão de Censura de Diversões
Públicas do DPF - 2.244-P.209/73

EDITORIAL

O número 19 da Revista PROPOSTA, que passa a receber o subtítulo "Sistematização, experiências e análises em Educação Popular", com o objetivo de informar a natureza de seu conteúdo, apresenta uma diversidade de artigos, todos eles relacionados com os trabalhos em Educação Popular, como deve ser uma publicação que visa contribuir para o avanço das discussões sobre as questões e temas do Movimento Popular e demais processos de luta pela transformação qualitativa da sociedade brasileira.

Na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT foi aprovada uma Comissão Pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores) e, no entanto, um dos temas mais polêmicos do movimento sindical continua sendo a discussão da questão da unidade. Nesse sentido o artigo sobre o pluralismo e as minorias é oportuno para o melhor entendimento deste tema, quando apresenta uma experiência de sindicalismo, que na prática buscou a unidade dos trabalhadores. Esta abordagem também pode servir de subsídio a outros movimentos de massa.

O processo de reconstrução na Nicarágua, a partir da vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional em 1979, enquanto enfrenta um plano externo de invasão, tem afirmado que a Revolução é um processo de educação. Apresentamos esta matéria extraída do Seminário com quadros do Vice-Ministério de Educação de Adultos, Ministério de Educação e Associação de Trabalhadores Camponeses realizado em março de 1981.

Outro dos textos publicados trata do processo de organização de entidades de dentro do chamado Movimento Popular, num momento em que existe nítida diferenciação quanto aos métodos e concepções adotados, no caso o das associações de moradores. Buscamos apenas situar os diversos posicionamentos sobre a realização do 1º Congresso Nacional das Associações de Moradores-CONAM, com a consequente criação da entidade nacional já com uma diretoria definitiva. O texto foi preparado após o encerramento do congresso, sendo oportuno ressaltar a ocorrência de diversos desdobramentos a nível dos Estados, assunto que não será motivo, neste texto, de nossa apreciação.

À semelhança do texto anterior, o que trata da organização das mulheres em São Paulo, preparado por Renata Villa-Bôas, reflete uma tomada de posição face aos desafios e dificuldades encontrados pelas mulheres paulistas, quando buscam mobilizar e estruturar as suas lutas.

O texto sobre a Comissão Justiça e Paz visa divulgar o papel importante desta entidade na defesa dos direitos humanos. Esta questão deve estar no dia-a-dia de todos os envolvidos com trabalhos em Educação Popular.

CONAM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

A realização do Congresso Nacional das Associações de Moradores suscitou um grande debate, principalmente junto às forças políticas brasileiras da oposição. Debate este voltado para o tipo de prática educacional, e portanto política, de se encaminhar o processo organizacional das entidades do movimento popular.

Nesse sentido pretendíamos apresentar as opiniões dos militantes das Associações de Moradores, a nível nacional, através de um pequeno questionário contendo três perguntas sobre a questão. No entanto, obtivemos apenas depoimentos de integrantes de movimentos de moradores do Rio de Janeiro. Assim mesmo, consideramos suficiente as opiniões coletadas, representando elas, de forma bastante ampla, as diversas posições que correm pelo país.

As perguntas procuram enfatizar questões importantes a nível do processo organizativo e educacional dos movimentos populares; no caso, o de associações de moradores. Apresentamos as questões separadamente. Começamos com o depoimento de Jó Resende único que apresentou informes sobre o ocorrido a respeito do processo de preparação deste Congresso.

Opiniões de:

- | | |
|-----------------------------|--|
| JÓ RESENDE | - Presidente da FAMERJ-Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro. |
| JORGE ANSELMO DOS SANTOS | - Secretário Geral do MAB-Movimento Amigos de Bairros de Nova Iguaçu. |
| LOURENÇO ANDRADE DE ALMEIDA | - Membro da Coordenação Provisória do MUB-Movimento União de Bairros de Duque de Caxias. |
| IRINEU GUIMARÃES | - Presidente da FAFERJ-Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro. |
| OLGA D'ARC | - Ex. Vice-Presidente da Associação de Moradores do Catete, Flamengo e Glória. |
| ERNANI DE SOUSA COELHO | - Membro da Coordenação de Amigos de Bairros de Meriti São João de Meriti. |

"CONTINUARAM COM A REUNIÃO QUE HAVIA SIDO ENCERRADA NA VÉSPERA, E MUDARAM A PAUTA DO CONGRESSO".

"No I Encontro Estadual de Favelas do Rio de Janeiro, promovido em junho de 1981 pela FAFERJ-Federação de Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, os representantes de associações de moradores do Rio Grande do Sul e São Paulo, presentes como convidados, propuseram à FAFERJ e FAMERJ-Federação de Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro a realização de uma reunião das entidades representativas das associações de moradores dos diversos Estados. A FAMERJ mandou circular aos Estados convocando as entidades para a reunião. Apenas compareceram pessoas do Rio Grande do Sul, além de representantes da FAFERJ, FAMERJ, CUB-Conselho de União dos Bairros (Zona Oeste) e MAB-Movimento Amigos de Bairro (Nova Iguaçu). Os gaúchos vieram com o propósito de dar início à criação da entidade nacional, trazendo como contribuição propostas de estatutos, de lutas, de uma organização mínima, já que no quinto congresso deles foi decidido que a FRACAB deveria participar dos esforços de criação de uma entidade nacional. O pessoal do Rio não estava preparado para este tipo de conversa, o que frustrou os gaúchos. Decidiu-se marcar outra reunião para agosto, tendo como pauta a ampliação de troca de experiências.

Na segunda reunião marcada também com o temário sobre troca de idéias, apareceram pessoas de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte, Lajes/SC e Rio de Janeiro. A idéia era de se criar logo a entidade com o que o RJ não concordou, pois o assunto deveria ser mais debatido, exceto a posição da FAFERJ que aceitava ser criado ali o embrião dessa entidade. A reunião foi tensa e polarizada. A FAMERJ propôs a elaboração de um documento a ser distribuído a todas as associações a fim de

que fosse permitido a ampliação do debate. Aceitou-se finalmente que a entidade saísse de um congresso nacional, e com a eleição de uma Comissão Pró-CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores. A idéia era realizar o congresso em novembro (e estava-se em agosto), enquanto prevaleceu a proposta de já neiro de 1982.

Já na quinta reunião decidiu-se - proposta da FAMERJ - que o congresso seria realizado em dois dias, sendo o primeiro para troca de experiências numa interação e o segundo para criação da entidade. A reunião encerrou-se e o pessoal retornou a seus Estados, à exceção dos contatos de SP, MT e MG, que no domingo retomaram a reunião. Desta forma puderam mudar a pauta do congresso aprovada na véspera, invertendo a programação: primeiro criar a CONAM e depois trocar experiências.

Na sexta reunião os demais participantes desse grupo de contatos então souberam da mudança de pauta. Estabeleceu-se uma confusão, com grande exacerbação, mas não houve meios de se manter a pauta aprovada anteriormente. A decisão ficou para o congresso." (Jô)

ERA O MOMENTO DE SE REALIZAR O CONGRESSO, DE SE CRIAR A ENTIDADE CONAM E DE SER ELEITA SUA DIRETORIA DEFINITIVA?

As respostas situaram-se praticamente em duas posições. Por um lado, a posição contrária à realização do congresso e por extensão à criação da entidade argumentava:

- "Não podemos negar a necessidade, nesta conjuntura, da criação de uma entidade nacional de moradores. É preciso, sem nenhuma dúvida, dar resposta às grandes questões como a do transporte, da carestia, da habitação e da saúde. Existe já uma experi

ência acumulada das associações de moradores, em muitos Estados da Federação, em importantes frentes de luta. A unificação dessas lutas criaria um espaço, não só para uma rica troca de experiência e de estímulo à luta dos moradores, por melhores condições de vida, mas criaria condições novas para vitórias importantes dos setores mais explorados do nosso povo.

No entanto, o reconhecimento desta necessidade não é suficiente. É preciso passar a uma série de tarefas políticas visando buscar a unidade de real, pela base e pela prática, com vistas a preparar a unificação formal através de uma entidade como a CONAM. A única alternativa democrática, naquele momento, não era a realização de um congresso, mas de um Encontro Nacional, que teria como tarefa a preparação de um Congresso Nacional. Este Encontro teria como objetivo a integração das experiências de Associações de Bairro, o encaminhamento de lutas concretas. As associações não discutiram um Plano de Lutas nem os Estatutos desta Entidade Nacional. As divergências, naturais, num movimento desta natureza, não ficaram claras para os moradores.

Os companheiros que optaram por uma solução intermediária, que embora criticando a forma como estava sendo encaminhado o Congresso, aceitaram a realização do mesmo, a fundação da CONAM e a eleição, nestas condições de uma Diretoria provisória, conciliaram com o inconciliável, transigiram com a democracia do movimento, e eles mesmos foram surpreendidos com o resultado do malfadado Congresso". (Lourenço)

- "Ainda não era hora de se realizar o Congresso Nacional pois ainda não existem organizações a nível estado-

al, se existe são apenas 5 ou 6 Estados muito desorganizados. Até mesmo aqui no Rio de Janeiro não existem organizações a nível municipal fortes, salvo em poucos municípios que já existem federações municipais. Seria muito mais útil para as organizações de moradores se em vez de um congresso estivéssemos participado de um Encontro, onde se tivesse como



CONAM - janeiro/82 - SP

meta o fortalecimento e a troca de experiências das diversas Associações de Bairros. Aqui mesmo no Estado do Rio não houve nenhuma tentativa de se fazer um Encontro com os diversos municípios e nunca tiramos nenhuma luta em nível estadual, na verdade não existe ainda uma organização estadual. Outro motivo pelo qual eu era contra a realização do Congresso Nacional é pelo fato de que não houve nenhuma discussão antes nas próprias Associações de moradores. O Congresso foi um verdadeiro pacote e não consigo entender porque

as pessoas que vêm há anos lutando no seu bairro ou na sua favela pelos seus mínimos direitos como água, luz, esgoto, escolas, hospitais etc. não foram consultadas, não foram lembradas se queriam ou não que se realizasse o Congresso Nacional ou o que queriam que fosse discutido no Congresso". (Jorge)

- "Acredito que o movimento popular ainda tem uma longa caminhada até chegarmos a este ponto. Basta olharmos a realidade. Este ano eleitoral então está contribuindo para esvaziar os movimentos populares pois muitas lideranças estão se engajando na militância partidária e não está havendo reposição destas lideranças. Pelo menos na mesma intensidade. Independentemente disto, apesar de várias experiências animadoras, a verdade é que o movimento não atingiu ainda uma boa parcela de bairros, favelas, etc. Por essas razões considero que o CONAM foi uma precipitação com o agravante de se ter tornado uma entidade sem respaldo popular". (ERNANI)

Por outro lado, a que aprovava a realização do congresso e a criação da entidade:

- "Em todos os cantos do Brasil o povo luta, exigindo sua participação nas regiões administrativas, a posse da terra das favelas, o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e das passagens dos transportes coletivos. Os trabalhadores este ano colocarão de pé a CUT, enquanto os universitários em 1979 reconstituíram a UNE, os secundaristas a UBES e as mulheres as suas federações em vários Estados. A CONAM foi constituída num momento em que todo o povo brasileiro demonstra, a cada dia, que não está mais disposto a suportar o descaso do governo, com sua vida. O povo não aceita mais as precárias condições de habitação, as péssimas condições de saúde, as dificuldades em estu-

dos, as tentativas de fraudar as eleições de 15 de novembro". (Irineu)

- "O povo nunca lutou tanto como nos últimos anos. Os trabalhadores organizam a I CONCLAT, elegem a Comissão Pró-CUT e ainda este ano, estarão com a CUT de pé. Os estudantes desde 1979, reconstruíram a UNE. As mulheres se organizaram, fundando suas Federações no RJ, SP, PE, MA e AL, além de inúmeras Comissões Pró-Federação; muito em breve teremos a Federação Brasileira de Mulheres. Os moradores de bairros, favelas e vilas seguem lutando em suas comunidades junto às entidades estaduais e municipais, como a FAMERJ, FRACAB, e o Conselho de Coordenação das SAB's em São Paulo. Neste sentido considero que este era sem dúvida o momento mais propício para a criação do CONAM, única forma capaz de unificar o poderoso movimento de moradores em todo o país, dar-lhe consequência e avançar na conquista de melhores condições de vida e da Democracia". (Olga)

- "A partir da primeira reunião (junho/81) já começamos a colocar o problema para o nosso Conselho de representantes. Aquilo soou distante, não estava no dia-a-dia das associações. Aos poucos o pessoal foi assumindo com uma certa resistência, rejeitando a idéia. Nós tínhamos duas alternativas: ou estar dentro ou fora das discussões. Estar dentro estaríamos influenciando no processo, levando a nossa forma de ver. Estando fora a gente vai compactuar com os erros que foram cometidos. O Conselho deliberou pela participação, que nós deveríamos estar lá dentro interferindo.

A gente conseguiu passar que só tinha sentido falar numa entidade nacional a partir de um congresso nacional de associações de moradores, que ficou marcado para janeiro de 1982. Ninguém poderia dizer que a gente estava torpedeando, que a gente não queria a CONAM". (Jó)

Quanto à questão de se tirar uma di
retoria definitiva, assim foi defen
dida:

- "Este era o momento de levantarmos a CONAM e mais do que isto eleger a sua primeira diretoria, para avançar mos muito mais do que já avançamos a té agora". (Irineu)

- "Nós achamos que mais uma vez a coisa estava atropelada e que não ha via expressão suficiente embora houvesse representatividade, já que e ram entidades de moradores, mas não havia expressão a nível nacional su ficiente para se tirar ali uma comis são pró-CONAM. Mas aí nós fomos vo to vencido. O pessoal deliberou que ia criar a comissão com ou sem a FAMERJ". (Jó)

- "Se ainda não era o momento de se realizar o Congresso Nacional, muito menos estávamos prontos para criar uma Entidade Nacional e eleger uma diretoria. O mínimo que poderíamos fazer era tirar uma Comissão Pró-CONAM com representantes de todos os Estados. Essa Comissão deveria en caminhar encontros e lutas a nível estadual e distribuir as informa ções do andamento das Organizações de todos os Estados. Aí sim, estaria mos todos construindo uma Entidade Nacional com bastante discussão, e sendo preparada por todos os morado res organizados de todo país, não apenas por um pequeno grupo". (Jorge)

0 PROCESSO DE ENCAMINHAMENTO FOI DE MOCRÁTICO E PARTICIPATIVO NAS SUAS ETAPAS DE PREPARAÇÃO DE REALIZAÇÃO?

- "O Congresso foi altamente democrá tico com a participação de cerca de 8 mil pessoas entre delegados e con vidados. Vieram delegações de 20 Es tados e a Comissão Pró-CONAM soube organizá-lo em todos os aspectos. A fundação da CONAM foi decidida num processo de votação em urnas e o re sultado mostrou a vontade da maioria

de fundar a CONAM: 1172 contra cerca de 600 que não queriam a fundação na aquele momento. As pessoas que não queriam a CONAM e foram ao congresso com a intenção de a todo custo impe dir sua fundação ficaram desespera das ante a determinação da grande maioria. Tudo fizeram para tumultuar, mas a força do povo colocou-os no seu devido lugar. Estas pessoas não aceitam a democracia ao não acei tarem a vontade soberana do povo que votou e decidiu pela CONAM".(Irineu)

- "O Congresso de Fundação da CONAM contou com a participação de 5 mil pessoas com delegações de 20 Esta dos e cerca de 3 mil delegados. De norte a sul do país os moradores se mobilizaram, organizaram suas carava nas, discutiram anteriormente a ne cessidade da CONAM e vieram a São Paulo convictos da importância da Fundação da entidade. O trabalho da Comissão Pró-CONAM, que em sua últi ma reunião contou com a presença de 13 Estados foi muito bom, preparando o Congresso e visitando todos Esta dos, conclamando-os a participar. Al gumas delegações não concordavam com a fundação da confederação, no entan to o resultado da votação foi inequi voco. Enquanto 1200 delegados opta ram pela fundação, apenas 600 foram contra". (Olga)

- "O processo de encaminhamento do Congresso foi realmente fechado, an ti-democrático e centralizado nas mãos de poucas pessoas, que manipu lam todo o Congresso. Quando chega mos em São Paulo, tudo já estava pron to para se criar a tal CONAM: hino, símbolo, estatutos, etc. Não era preciso discutir mais nada; como não foi discutido. Tenho três exemplos práticos de como foi o processo de encaminhamento em suas etapas de pre paração para o Congresso: 1º) a Co missão de Bairros de Belém denunciou em Carta Aberta, que nunca foi divul gado em Belém os dois tais encontros nacionais, que foram realizados an tes do Congresso; 2º) um companheiro de Osasco (S. Paulo), onde existe

cerca de 30 Associações de Moradores, informou que só soube das normas de participação do Congresso cinco dias antes de sua realização 3º) no II Encontro apenas representantes de seis Estados participaram". (Jorge)

- "Só pra dar uma idéia: no ABM-Amigos de Bairros de Meriti, onde participo, ficamos sabendo de sua realização, menos de um mês antes da data marcada. Portanto não pode ser democrático uma coisa em que você entra sem ter tido tempo de refletir sobre o que vai acontecer. Não se discutiu nos movimentos populares se era ou não válido a realização deste Congresso, como deveria ser encaminhado e outras coisas assim. Acho que o estágio atual do movimento popular ainda não justifica uma entidade nacional. Temos muito que trabalhar e este tempo que se gasta com este tipo de "trabalho" poderia ser melhor empregado. Seria até válido se tivesse como finalidade somente a articulação, troca de experiência; mas não de direção mesmo porque não foi pedido pelas bases.

Não quero nem entrar em detalhes quanto a preparação e as formas de participação pois foi triste o que aconteceu. Não nego a importância de entidades populares, o que critico é a forma como estão sendo criadas, onde fica muito claro a intenção de grupos em criar entidades como se isto resolvesse os problemas pelos quais passamos". (Ernani)

- "O Congresso foi realizado sem nenhuma preparação pelas Associações de Moradores. A sua realização, na forma como se deu, foi ilegítima e manipulada desavergonhadamente por determinados grupos visando interesses certamente alheios aos interesses dos moradores e dos próprios delegados do Congresso.

Todo o processo de preparação e encaminhamento do Congresso foi precário, anti-democrático, manipulado em todas as suas etapas. Usaram de um

tempo mínimo de convocação para impedir a participação dos moradores. Muitas Associações não puderam comparecer ao Congresso, porque não sabiam da sua realização. Movimentos comunitários representativos, mas ainda não legalizados, como ainda acontece em todo o país, não puderam participar. Pretendiam realizar um Congresso de Federações Estaduais e não de Associações. Impedidos de criar a CONAM num gabinete, montaram a farça do Congresso, mas o pano caiu mostrando a face dos oportunistas, para milhares de delegados de todo o país". (Lourenço)

- "Perdemos o sábado inteiro, não se discutia o que tinha de discutir. No primeiro dia foi uma loucura total, a abertura foi até às 3 horas da tarde; fomos almoçar e voltamos pra reunião às 5 horas. A essa hora já estava prejudicado um terço do congresso, a gente queria que abrisse espaço, deixasse a turma se inscrever, dar 3 minutos pra cada um dizer o que quisesse e no dia seguinte fundar a CONAM. Não, eles queriam fundar a CONAM. Quando chegamos, vimos que aquela colocação do RS de que era um estado absolutamente unido sem dissensões, que a proposta era inteira, não era verdade. Muitas associações estavam contrárias ao encaminhamento que a FRACAB estava dando. No interior de São Paulo a quantidade de Sociedades de Amigos de Bairro que discordava inteiramente da colocação que a coordenação estadual estava fazendo era muito grande. Santa Catarina não aceitou nem a dialogar, Goiás e Espírito Santo não queriam papo. Embanhou e o sábado foi de loucura. Às 8 horas de sábado, os ânimos estavam exaltados. Isto era perigoso, inclusive porque o ambiente era pequeno para 3000 pessoas e qualquer briga daria uma loucura, seria sério. Tentamos uma coisa que pra nós era o que podia decidir. Era pegar o plenário, que tava meio a meio na votação, separar por posição de proposta, contava e a

proveitava o resto da noite do modo que fosse decidido. Quando nós estávamos encaminhando, tomaram o microfone, arreberitaram o fio, não pudemos nem encaminhar o resultado final da proposta. Então resolvemos interromper nossa participação e nos reunir e voltar. Nessa reunião vimos que a única coisa de bom senso era interromper ali e domingo recomençar elegendo a proposta, sabendo que já estava totalmente prejudicada. Entre 9 da manhã de domingo e 2 da tarde foi a votação. Às 2 da tarde a nossa proposta não tinha mais sentido, já estava totalmente prejudicada. Eu vi crachá em branco rodando a doidado. Eu acho que a proposta venceu, mesmo que tenha havido fraude de esta não foi suficiente. A nossa proposta foi derrotada. E foi derrotada embora no dia anterior tivesse possibilidade de ser vitoriosa, por que no dia anterior havia disposição de discutir. No dia seguinte os que vieram de longe já achavam que não podiam sair dali de mãos abanando, que teriam que sair com a CONAM. De 3000 delegados, 900 não votaram, o porquê não sabemos. Vários municípios foram embora no sábado, não concordaram com o encaminhamento e foram embora. Nossa proposta foi derrotada. Fizemos duas reuniões da FAMERJ já pra discutir o que encaminhar. Enquanto nós discutíamos e decidíamos voltar para participar do final do Congresso, este acabou. Entre 3 e 5 horas da tarde foram aprovados os estatutos, coisa que normalmente numa associação de moradores se leva uma tarde discutindo, votada uma carta de princípio e eleita uma diretoria, em 2 horas. Então foi esse congresso que foi feito, essa CONAM que foi criada." (Jô)

O QUE SIGNIFICA PARA O MOVIMENTO POPULAR A CRIAÇÃO DA ENTIDADE CONAM?

- "Mais uma entidade como tantas outras para fazer com que nomes de algumas pessoas "apareçam". Não acre-

dito que esta Confederação vá conseguir unificar as lutas dos moradores organizados, pois nenhum plano foi tirado no Congresso. E não vejo como a entidade vai ajudar na organização a nível estadual, depois de tantas manipulações. Como não houve discussão nas Associações de Moradores, e elas não sentem nenhuma mudança de pois da criação da CONAM". (Jorge)

- "Um retrocesso, um desastre em nossa caminhada, pois no momento em que nos empenhamos pela autonomia dos movimentos populares, e para que eles sejam criados de baixo pra cima, aparece uma entidade que, da forma em que foi criada, nega todos estes princípios que defendemos". (Ernani)

- "A criação da CONAM, como se deu, é uma grande ameaça à democracia do movimento de Associações de Bairro. Virou moda, infelizmente em nosso país, a criação de entidades fantasmas. Estão instrumentalizando agora muitas Associações de Bairro e a sua pretendida entidade nacional. Evidentemente isto tem relação com o processo eleitoral. Querem jogar por terra a autonomia do movimento popular. Agora, mais do que nunca, é preciso desmascarar os que pretendem usar as entidades representativas para promoção pessoal ou determinados grupos que nada representam ou de companheiros que passam para o campo dos traidores da democracia do movimento popular.

É preciso que as associações de moradores reivindiquem um novo Congresso em novas bases. Os setores mais representativos do movimento popular de associações de bairro no país precisam partir para a iniciativa. E, já com a experiência do pseudo-Congresso, partir para um trabalho de base e ter na unificação das lutas concretas a chave da vitória para a realização do verdadeiro Congresso Nacional das Associações de Bairros". (Lourenço)

- "Nesta diretoria estão as mais des-

tacadas lideranças do movimento de moradores do Brasil que nos últimos anos reergueram o poderoso movimento dos bairros". (Irineu)

- "Para o movimento popular a fundação do CONAM significa um poderoso avanço. Ela corporifica todo o desenvolvimento das lutas dos moradores nos últimos anos. A CONAM unifica, centraliza e estimula estas lutas dando-lhes toda a dimensão que possuem". (Olga)

- "Para mim a perda do processo foi de natureza política: a entidade que se criou que poderia ser forte, representativa, importante, estimuladora para outros Estados, nasceu fechada, nasceu parcial. Na medida em que essa entidade vai tirar lutas gerais que não foram tiradas pelo conselho de representantes não vai ter resposta.

Por exemplo, eu ouvi que iam à Brasília protestar contra o pacote da previdência, um repúdio justo. Só que para fazer isso você tem que ter a discussão do pacote no interior da associação e ao mesmo tempo que coloca internamente vai assumindo a luta geral.

Antes da criação nós tínhamos um desafio que era criar, depois da criação nós temos um desafio e um problema que é continuarmos com o espaço da CONAM, para ser ocupado e um pro

blema que foi criada uma CONAM torta. O que fazer com essa CONAM que foi criada pra poder ocupar o espaço da CONAM que nós queremos? Paralelismo não é uma coisa que a gente adote, isso não existe, não faremos outra entidade. Temos que brigar por dentro no sentido de modificar esse encaminhamento. Isso tem que ter um espaço de preparação. Para nós uma luta pra melhor, fortalecer, é o Conselho de representantes. O que temos que ver é se existe um espaço no Conselho de Representantes pra atuação nossa. Ela traz um problema sério porque tem uma cláusula que diz que a Federação Estadual se filiando automaticamente filia todas as associações de moradores. Na medida em que a filiação é automática através da federação isso significa que a FAMERJ se filiando à CONAM levaria pro interior dela todas as suas entidades. Só podemos fazer isso quando as associações deliberarem, não vamos dividir o movimento do Rio de Janeiro. Estamos com o problema de como resolver. Esse problema vai ficar a espera que se dêem condições objetivas pra gente interferir.

Estamos sabendo que Lajes que foi indicada pra diretoria não aceitaram, Goiás e Bahia e Paraná não aceitaram e um representante do RS não aceitou e os 2 representantes da FAMERJ não aceitaram". (Jó)

COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DO MOVIMENTO POPULAR.

Os movimentos populares vão avançando em suas lutas reivindicatórias e de organização, ainda que alguns acontecimentos tenham resultado em sérios prejuízos. Enquanto um número cada vez maior de pessoas vão descobrindo seu papel no processo decisório da chamada sociedade civil, por outro lado determinadas entidades prestam e oferecem importantes serviços e contribuições.

O caso mais típico de uma entidade em condições de oferecer apoio aos movimentos populares é o da Comissão Justiça e Paz. Conhecer-la é contar com uma forte organização. Forte no aspecto de suas possibilidades reais de garantir o respeito aos direitos humanos.

A questão social é interpretada integralmente pela Igreja, que assim cria a Comissão Justiça e Paz.

A Igreja Católica em seu processo de renovação pela *Laborem Exercens* in

dicava que: "a questão social deverá ser tratada no seu aspecto integral e complexo. O empenho em favor da justiça deve andar intimamente unido à aplicação em favor da paz no mundo contemporâneo". Era necessário ter um centro coordenador das manifestações da viva aplicação da Igreja e dos cristãos no campo social.

Assim, em 10.12.67, o Papa Paulo VI determinou a título de experiência a criação da Comissão Pontifícia Justiça e Paz. Em 1967, o mesmo Papa atribuiu condição de organismo vinculado aos Dicasterios (equivalentes a ministérios) da Santa Fé, estabeleceu sua organização composta por Cardeais e Bispos, por membros do clero e por leigos, nomeados pelo Sumo Pontífice. Alguns consultores poderão ser nomeados, e no caso do Brasil temos o exemplo do Prof. Cândido Mendes.

A primeira reunião plenária desta Comissão Pontifícia sugeriu que cada Conferência Episcopal Regional (de países) ou Nacional deveria estudar a criação de uma estrutura constituída de padres e leigos, que pudesse

cooperar com a organização central. Posteriormente, a estrutura passa a ser: Comissão Pontifícia, que mantém contatos regulares com as Conferências Episcopais, e através destas com as nacionais e similares, e que tenham estatutos definidos e aprovados por ela.

A Comissão Pontifícia Justiça e Paz deve "manter-se em contato com os Dicasterios e com os outros organismos da Sé Apostólica que estão interessados em tais problemas", com o objetivo de os informar e ajudá-los na elaboração de programas de ação.

Definida em 1967 e confirmada em 1976 a Comissão Pontifícia Justiça e Paz tem por finalidade estudar e aprofundar, sob o aspecto doutrinal, pastoral apostólico, os problemas relacionados com a Justiça e Paz, expressar solidariedade cristã àqueles que sofrem, todas as vezes que a gravidade das situações ou dos fatos o justificarem. Estes estudos devem se traduzir concretamente em aplicações práticas.

Enquanto no Brasil a repressão é acentuada, a CJP vem apoiar os perseguidos políticos.

A Comissão Central da CNBB, em sua reunião de 21-25/10/1968, decidiu constituir a Comissão Justiça e Paz no Brasil. Tendo-se em vista o contexto de repressão vigente no país, foi decidido pelas pessoas convidadas a integrá-la e com o apoio da Comissão Permanente da CNBB e aprovação da Comissão Pontifícia que, no



Ato Público - Cinelândia / agosto-RJ

Brasil, a entidade se denominaria Comissão Pontifícia Justiça e Paz - Seção Brasileira, e que se tratava de correspondente, de emanção da própria Comissão do Vaticano. Em 1970 foi constituído um grupo de estudos com os objetivos de analisar e interpretar os documentos conciliares e pontifícios relacionados com o problema social; reunir e interpretar dados e informações com o nosso desenvolvimento e a má distribuição de riqueza; adotar medidas e providências para a formação de uma consciência voltada para os problemas de justiça e da paz; além de colaborar estreitamente com a Comissão Pontifícia, organismos religiosos ou seculares, que estejam interessados nos mesmos objetivos.

Na sua organização o presidente da CNBB indicará os 8 (oito) membros

do Conselho de Curadores, que escolherão seu secretário geral e um adjunto.

Dentre as primeiras iniciativas da CJP tem-se o I Seminário Brasileiro de Justiça e Paz, juntamente com o IV Encontro Latino-Americano de Justiça e Paz. Esta reunião contou com a presença do Secretário da Comissão Pontifícia, do presidente da CNBB e de representantes de Comissões de Justiça e Paz do nosso continente. Esta reunião veio garantir a presença efetiva da Igreja do Brasil na defesa dos direitos humanos, porque os parentes dos presos políticos e dos desaparecidos (sequestrados pelos órgãos oficiais e paramilitares de repressão) solicitam auxílio das autoridades eclesiais presentes. Não havia, naquele período mais violento do regime militar qualquer outra entidade que pudesse oferecer este apoio solicitado aos Bispos.

Esta realidade institui outra finalidade à CJP - Seção Brasileira: prestar assistência às vítimas da repressão político-militar. Na mesma ocasião decidiu-se pela criação de Comissões Arquidiocesanas regionais.

Em 1971 ampliou-se a Assessoria Jurídica da Comissão Justiça e Paz Nacional e de suas Comissões Arquidiocesanas e Regionais, por conta da defesa jurídica de perseguidos por motivos políticos. Dessa forma a CJP prestou importante serviço, tornando-se também bem mais conhecida.

"O campo dos direitos humanos já não é somente defender as pessoas que estão nas prisões, que foram detidas, torturadas ou desapareceram, mas é mais amplo. Por isso creio que a Igreja procura enfocar exatamente a questão social". (D. Ivo Lorscheiter - 5.3.82)

A partir de 1977/78, a mudança no

quadro político nacional levou à CJP a dar atenção a outros problemas como a questão da terra, tendo, neste caso, preparado subsídios para o documento sobre o solo urbano que a Assembléia Geral da CNBB terá elaborado em Itaici.

Em 1978 a reunião da Comissão Episcopal de Pastoral - CEP da CNBB permitiu à CJP/Nacional relatar suas experiências e apresentar suas dificuldades, como a necessidade de manter um sempre crescente suporte de juristas, sociólogos e economistas, bem como de tornar mais ágil este trabalho nas dioceses. Por isso, a CEP propõe para a Igreja no Brasil, dois diferentes tipos de trabalhos em prol da justiça e da defesa dos direitos humanos, a saber:

- delimitação da área de atuação da CJP no Brasil, fortalecendo sua natureza de apoio técnico-profissional, no terreno jurídico e no campo dos estudos de sociologia e economia.
- criação de Centros de Defesa de Direitos Humanos, para atendimento das necessidades de cada diocese, podendo ser criados pelas paróquias e comunidades de base, de forma mais ampla de liberdade e de atuação. Estes Centros viriam a ser desvinculados da Igreja, surgindo alguns fora do âmbito dela.

Assim, a CJP não deixa de prestar seus serviços aos Movimentos Populares, através de sua atuação em defesa dos direitos humanos, ao levar seus assuntos ao conhecimento das autoridades brasileiras e ao Vaticano, tornando público e oficial as denúncias por ela recebidas. No caso dos refugiados dos países sul-americanos (Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Chile) seu apoio resultou na instalação provisória no Brasil dos Escritórios do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR, já que sua infraestrutura tornou-se insuficiente para o

atendimento dos inúmeros casos de perseguidos políticos provenientes destes países, quando também as ditaduras militares lá instaladas desenvolveram uma violenta perseguição aos políticos. Cabe lembrar a limitação da CJP, quando ela torna-se incapaz de solucionar ou encaminhar de terminados casos de desaparecidos políticos brasileiros, aos quais somente a História possivelmente elucidará. No entanto, vidas foram salvas e as denúncias de violações dos direitos humanos entraram no rol das pressões recebidas pelo governo brasileiro. No Brasil as leis são frequentemente desrespeitadas e não cumpridas, ainda mais quando se trata de direitos humanos. A CJP procura interpretar as leis brasileiras, exigindo o seu cumprimento, o que por si só é uma grande contribuição.

Completando o trabalho, listamos as diversas Comissões Justiça e Paz existentes.

COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ

- . Secretário-geral: Cândido Mendes
- . Secretária-geral-adjunta: Marina Bandeira - Praça XV de novembro, 101 - Rio de Janeiro Tel. 231-2648 CEP. 20.010.

COMISSÕES REGIONAIS

Comissão Justiça e Paz de São Paulo

- . Presidente: José Gregori
- . Vice-presidente: Margarida Genevois Av. Higienópolis, 890 - São Paulo Tel. (011) 826-0133

Comissão Justiça e Paz de Campinas Campinas - São Paulo/SP

Comissão Justiça e Paz do Paraná

- . Presidente: Wagner d'Angelis Av. Jaime Reis, 369 Caixa Postal, 1371 Tel. 041 224-7512 CEP 80.000 - Curitiba/Paraná

Comissão Just. e Paz Sta. Catarina
. Presidente: Nelson Wedekin - Largo de São Sebastião, 17 - Telefone 048 222-6471 - CEP 88.000 - Florianópolis/Sta. Catarina.

Comissão Just. e Paz do Rio Grande do Sul

- . Presidente: Ruy Azambuja Av. Cristovão Colombo, 153 CEP 90.000 - Porto Alegre/Rio Grande do Sul - Tel. 051 225-8483 e 224-4742

Comissão Just. e Paz do Est. do RJ

- . responsáveis: Cândido Mendes e Marina Bandeira - Sala do Leste I da CNBB - Rua Benjamin Constant, 23/5º andar - s/520 - Glória/RJ

COMISSÕES ARQUIDIOCESANAS

Comissão Just. e Paz de Olinda e Recife

- . Presidente: Pedro Eurico de Barros e Silva - Rua do Giriquiti, 48 CEP 50.000 - Recife/PE Tel. 081 231-3177

Comissão Justiça e Paz de Vitória

- . Presidente: Dr. Antonio Penedo - Rua Abílio dos Santos, 47 CEP 29000 Vitória/ES

Comissão Justiça e Paz de São Luís do Maranhão

- . Presidente: a/c arcebispo Dom João José da Motta e Albuquerque - Av. Pedro II, s/nº - Caixa Postal 11 CEP 65.000 - São Luís - Maranhão Tel. 098 222-0197

Comissão Justiça e Paz de Maceió

- . Arcebisado - Rua Barão de Anadia, nº 110 - C.P 91 Tel. 082 223-2732 CEP 57.000 - Maceió/Alagoas

Comissão Pontifícia Justiça e Paz Natal/RN

Comissão Justiça e Paz - Lins/SP

Comissão Justiça e Paz de Goiânia

- . Arcebisado: Rua Dezenove, 35 CEP 74.000 - Caixa Postal 174 - Goiânia - Goiás

Comissão Justiça e Paz de Salvador

- . Arcebisado: Praça da Sé, nº 1 CEP 40.000 - Salvador - Bahia

Listamos igualmente outras entidades de defesa dos direitos humanos, sendo que diversas não estão vinculadas institucionalmente à Igreja, mantendo com ela um relacionamento bastante próximo.

Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Rio Branco/AC

Comissão Pastoral Arquidiocesana de DH - Belo Horizonte/MG

Comissão de Defesa dos DH - Betim/MG

Centro de Defesa dos DH - Juiz de Fora/MG

Comissão Diocesana de Justiça e Paz Teófilo Otoni/MG

Comissão de Justiça e Paz Teófilo Otoni/MG

Sociedade Paraense de Defesa dos DH Belém/PA

Centro de Defesa dos DH - João Pessoa/PB

Movimento de Justiça e DH - Porto Alegre/RS

Comissão de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor da Assembléia do Rio Grande do Sul Porto Alegre/RS

Comissão Diocesana de Justiça e Paz Nova Friburgo/RJ

Comissão Diocesana de Justiça e Paz Nova Iguaçu/RJ

Grupo Ação Justiça e Paz Petrópolis/RJ

Secretariado Pró-Justiça/Movimento Familiar Cristão - Rio de Janeiro/RJ

Centro de Defesa dos DH - Joinville Santa Catarina

Centro "Santos Dias" da Defesa dos DH - São Paulo/SP

Comissão Arquidiocesana de DH e Marginalizados - São Paulo/SP

Centro de Pastoral Vergueiro - SP

Comitê de DH de Vila Remo - SP

Centro de Defesa dos DH - Osasco/SP

Comissão de Direitos Humanos-Lins/SP

Centro de Defesa dos DH Núcleo Boqueirão - Santos/SP

Comitê Brasileiro Pela Anistia/RJ

Grupo de União e Consciência Negra Nova Iguaçu/RJ

União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC) - São Bernardo do Campo/SP

A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES

Renata Villas - Bôas, Socióloga, membro da Equipe do CEPIS - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae/SP.

Não é de hoje que as mulheres tentam se organizar em um movimento próprio no Brasil. No início desse século, entre as lutas que reivindicavam os direitos das mulheres a que mais se destacou foi a campanha pelo voto feminino, entre 1922 e 1932. A partir de 1945 até 1964 várias organizações de mulheres foram criadas em todo o país e elas se engajaram em lutas políticas como a Anistia, o movimento pelo monopólio do petróleo e a luta contra a carestia.

Com o golpe militar de 1964 as organizações progressistas de mulheres foram extintas, mas desde então as mulheres participaram da resistência ao regime militar, tanto engajando-se diretamente nas lutas, como denunciando torturas e assassinatos de presos políticos e defendendo os direitos humanos.

Em meados dos anos 70, com a reanimação do movimento popular, as mulheres começaram novamente a se organizar nos bairros de periferia das cidades, participando ativamente do movimento contra o custo de vida e reivindicando melhorias urbanas.

Em 1975, com a instituição pela ONU do Ano Internacional da Mulher, sur

gem, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, diversos grupos femininos e feministas.

Desde então esboça-se a formação de um movimento efetivo de mulheres nas tentativas de articular o crescimento da participação das mulheres na luta por creches, água, luz, postos de saúde, etc. - fruto da sua organização nos bairros de periferia -, com atuação de grupos femininos e feministas que denunciam as discriminações sofridas pelas mulheres no trabalho, na família, na vida social e política.

A situação das mulheres foi deixando de ser tema de debates apenas em círculos ligados a setores sociais médios e, rompendo as barreiras de preconceitos que sempre enfrentou, passou a atrair mulheres do povo e da classe trabalhadora sensibilizadas pelas discussões dos problemas do seu dia-a-dia.

Exemplo disso foi a realização do Iº Congresso da Mulher Paulista em 1979. Cerca de 800 mulheres se reuniram no dia 8 de março para comemorar o Ano Internacional das Mulheres. A riqueza de experiências trocadas entre moradores de bairros periféri-

cos e mulheres de diferentes categorias profissionais, impulsionou a realização de novos encontros e congressos de trabalhadoras.

Em 1980, o IIº Congresso da Mulher Paulista reuniu cerca de 4000 mulheres e, em 1981, o IIIº Congresso, organizado através de encontros regionais, reuniu mais de 6000 mulheres, apesar das divergências e polêmicas que envolveram a sua preparação.

O papel dos vários encontros realizados em diferentes Estados nos últimos anos foi fundamental na ampliação do conhecimento e do debate sobre as formas de opressão que atingem as mulheres em nosso país. Se essas experiências demonstraram a potencialidade que o movimento de mulheres pode ter no processo de transformação da sociedade, também apontaram as enormes dificuldades que enfrentam para se organizar.

Nesse sentido, a experiência de São Paulo mostrou que esses congressos, mesmo mobilizando um grande número de mulheres, não avançou na organização de um movimento mais amplo, um movimento de massas que articulasse os diversos grupos e rompesse com o isolamento entre eles, unificando e fortalecendo suas lutas com propostas de ação comum.

É verdade que bandeiras de luta por salário igual para trabalho igual, por creches, contra o plano de controle da natalidade promovido pelo governo, pela profissionalização da mulher e pela sua participação política foram consideradas prioritárias e unificadoras dos diferentes grupos de mulheres participantes. E isso constitui inegável avanço. Mas o movimento de mulheres não conseguiu materializar essas reivindicações em formas de lutas conjuntas e os diversos grupos retornaram a suas atividades específicas após os congressos.

Como aspecto importante do saldo logrado nessas mobilizações, cabe ressaltar o Movimento de Luta por Cre-

ches, que nasceu a partir do Iº Congresso da Mulher Paulista, em 1979, e desde então conseguiu em alguns momentos, reunir diferentes bairros, articulando certa organização e expressão.

Para compreendermos melhor os problemas encontrados na organização do movimento de mulheres, seria necessário conhecer algumas experiências específicas de alguns grupos de base, em busca de pistas para solucionar os impasses encontrados em uma articulação mais ampla e massiva.

VISÕES DIFERENTES SOBRE O MOVIMENTO

São muitas as polêmicas que cercam as tentativas de definir politicamente os objetivos e as perspectivas do movimento de mulheres. Geralmente parte-se de uma análise consensual quando se trata de apontar a atual dominação da mulher como sendo gerada pela dominação capitalista, mas, frequentemente, conclui-se por perspectivas organizativas distintas.

É ponto pacífico que na sociedade capitalista a mulher trabalhadora é duplamente oprimida. Por um lado, ela vive a exploração de classe imposta pelo sistema a todos os trabalhadores e, por outro lado, enquanto mulher, é vítima de uma opressão específica em função do seu sexo. Essa opressão se revela quando as mulheres são preteridas no mercado de trabalho e quando recebem salários inferiores aos salários masculinos, mesmo realizando tarefas iguais.

Além disso a mulher trabalhadora é obrigada a realizar uma dupla jornada de trabalho: no trabalho profissional e no trabalho doméstico, sendo considerada ainda como a única responsável pelo cuidado dos filhos. A discriminação contra as mulheres é também reforçada pela ideologia dominante difundida através dos meios de

comunicação e mesmo pelas escolas. As mulheres são formadas como personalidades passivas e submissas, com poucas possibilidades reais de profissionalização e basicamente moldadas como objeto sexual. Consequência disso, observa-se o aumento crescente de uma modalidade dramática de opressão contra a mulher: a violência sexual.

Partindo dessa realidade, opõem-se diversas concepções sobre como a luta das mulheres deve organizar-se em torno de uma plataforma de reivindicações que responda aos seus anseios fundamentais.

É importante observar que entre os grupos participantes dessa polêmica, poucos e inexpressivos são aqueles que apresentam uma visão sexista da luta das mulheres. A posição conhecida como sexista sustenta que a causa das discriminações contra as mulheres se encontra na esfera do comportamento dos homens, defendendo o embate entre os dois sexos como único caminho pelo qual as mulheres podem alcançar a sua "libertação". No entanto, quase todos os grupos chamados feministas (apesar da palavra feminismo estar tão estereotipada pela atuação dos grupos sexistas americanos e europeus) não apenas combatem essa posição, mas afirmam enfaticamente que a luta das mulheres é parte indissociável da luta pela transformação das estruturas econômicas, sociais e políticas do capitalismo.

Nas condições brasileiras atuais, o movimento de mulheres pode ser caracterizado como um movimento de oposição ao regime e de contestação à ordem social vigente. Isso porque somente com uma profunda transformação social, que resulte na socialização dos meios de produção, no fim das desigualdades econômicas e das injustiças, serão dadas as bases para que as mulheres participem em igualdade de condições na construção de um novo edifício social.

O movimento de mulheres, por outro lado,

é um movimento amplo. Isso significa que a opressão contra as mulheres atinge várias camadas sociais, embora em graus diferentes de acordo com a situação de classe. São as mulheres trabalhadoras e moradoras das periferias que vivem, no seu cotidiano, mais intensamente essa opressão.

Dentro desse marco é que se polarizam duas posições radicalmente opostas:

- De um lado há grupos que defendem a organização das mulheres exclusivamente em torno das lutas políticas mais amplas, comuns a todos os trabalhadores. Afirmam que qualquer tentativa de organizar as mulheres, hoje, em torno de problemas específicos relativos à discriminação sexual, constitui uma forma de dividir a luta dos trabalhadores.

Contraditoriamente, esses mesmos grupos estão empenhados em organizar as mulheres separadamente, para se engajarem em lutas políticas gerais, através de federações exclusivamente femininas ou departamentos de sindicatos e partidos. Tendo consciência ou não, esses grupos estão exercendo mais uma vez na história, assim procedendo, uma total discriminação contra as mulheres, já que os partidos políticos, as articulações sindicais e o movimento popular constituem instrumentos onde homens e mulheres deveriam participar em igualdade de condições.

- De outro lado, grande parte dos grupos de mulheres entendem que a emancipação das mulheres não vai ocorrer automaticamente com o fim da dominação econômica, social e política capitalista. Essa é uma condição necessária, porém não é suficiente. Os séculos de opressão que caracterizam a relação entre homens e mulheres só poderão ser superados através de uma luta política e ideológica conjunta, que des

de já deve ser travada. E tal supe
ração demandará um longo aprendiza-
do histórico.

ALGUNS ENSINAMENTOS DA LUTA

A experiência mostrou que as pró-
prias mulheres não tomam a iniciati
va de levantar bandeiras de lutã
contra a sua opressão nos locais de
trabalho, associações de bairro, sin
dicatos e partidos políticos, seus
problemas podem, simplesmente, pas
sar despercebidos. A presença das
reivindicações das mulheres no seio
das outras reivindicações sociais é
uma tarefa das próprias mulheres, da
sua capacidade de se organizar em um
movimento forte e de expressão.

São realmente poucas, no entanto, as
experiências históricas significati
vas de organização de um movimento
de mulheres em países com caracterís
ticas econômicas, sociais e polític
as semelhantes ao nosso, que sir
vam como referência para a reflexão
da nossa realidade. Embora as mulhe
res tenham participado ativamente de
lutas políticas importantes na histó
ria, o que é novo e mais recente é
sua mobilização em torno das ques
tões relacionadas à situação especí
fica da mulher, no contexto social
e econômico do capitalismo.

Mas essa caminhada já começa a dei
xar claro alguns critérios que de
veriam nortear permanentemente a con
dução do trabalho de organização das
mulheres.

- 1) Avaliar criticamente as experiên
cias anteriores de organização das
mulheres; evitar o erro de imagi
nar que a luta começou hoje e que
nada temos a aprender com o passa
do.
- 2) Não transplantar mecanicamente pa
ra a nossa realidade experiênci
as, partindo sempre de nossa pró
pria realidade.
- 3) Não tentar impor formas de luta

"vanguardistas", que embora tra
tem de problemas pertinentes à
maioria das mulheres, não corres
pondem ainda ao seu nível de cons
ciência e organização. Por exem
plo: privilegiar, hoje, a luta pe
la legalização do aborto, mesmo
sendo constatável o fato de que
milhares de mulheres morrem em to
do o país, ao realizar abortos em
clínicas clandestinas e em condi
ções precárias, não corresponde
ao nível atual de compreensão da
maioria das trabalhadoras. Isso
não quer dizer que essa situação
não deva ser amplamente denuncia
da.

- 4) Sustentar que o problema central
das mulheres na sociedade atual
são as más condições de vida e
os baixos salários e que a opres
são a que estão sujeitas pela sua
condição sexual, traz problemas
meramente secundários, constitui
uma atitude economicista que igno
ra a especificidade da opressão
feminina e estreita o potencial
revolucionário da luta das mulhe
res.
- 5) Respeitar a autonomia do movimen
to de mulheres. Na conjuntura atū
al, isso significa não atrelar o
movimento a propostas de caráter
partidário que dividiriam o con
junto de mulheres. Devemos lutar
para que o movimento constitua um
espaço amplo, que reúna grupos
e propostas diferentes, onde as
próprias mulheres decidam sobre
as suas reivindicações e a mane
ira de levá-las ao conjunto das
forças sociais, reconhecendo como
legítimas as decisões democrática
mente tomadas.
- 6) As propostas devem estar apoiadas
sempre em experiências concretas,
como a que diversos grupos de ba
se estão vivendo. É analisando os
problemas concretos e incorporan
do as soluções encontradas na or
ganização de suas lutas, que as mu
lheres conseguirão consolidar seu

DIFICULDADES E DESAFIOS

A realidade tem mostrado que a participação das mulheres na luta por seus direitos como pessoa e como trabalhadora pode se iniciar por caminhos e métodos muito diferenciados, tantos quantos são as diversas formas de opressão que as atingem.

Os clubes de mães que lutam por creches, as mulheres engajadas nas lutas por melhorias urbanas, a luta contra a violência sexual, contra a esterilização das mulheres, etc. constituem experiências concretas de mobilização que nos oferecem pistas a cerca dos caminhos e das dificuldades que as mulheres têm encontrado para sua maior participação política.

Entre os inúmeros problemas que surgem para estruturar, consolidar e fazer crescer politicamente suas organizações de base, pelo menos um parece ser comum no trabalho de várias comunidades: superar a educação que desde o nascimento foi inculcada nas mulheres, que restringe o seu mundo a vida doméstica e familiar e cria uma mentalidade limitada a "quatro paredes", tornando extremamente difícil a formação de uma visão de mundo mais ampla e a tomada de uma consciência social e política.

Como resultado dessa situação são enormes os obstáculos que se encontram no trabalho de organização das mulheres. Problemas considerados, as vezes, elementares para a participação dos trabalhadores nos sindicatos, associações de bairro ou nas comunidades, no caso das mulheres assume tal dimensão que dificulta e muitas vezes até impedem sua participação.

Por exemplo:

- A dificuldade de muitas mulheres manterem uma participação contínua: as atividades domésticas e o

cuidado com os filhos fazem com que a disponibilidade dessas mulheres para se reunir esteja sempre sujeita a eventuais entraves, que prejudicam a sua frequência e a sua maior integração aos grupos.

- A profunda inibição que caracteriza a participação das mulheres em grupos que contam com membros masculinos.
- As dificuldades de superação do universo individual de cada pessoa para alcançar aquilo que é coletivo e comum ao grupo em que se inserem, são particularmente acentuadas quando se trabalha com mulheres.
- Percebe-se uma tendência muito grande em transformar o ambiente de reunião em um clima dispersivo que dificulta a discussão objetiva das questões. Nesse sentido é necessário um certo cuidado para evitar que um comportamento excessivamente descontraído leve as reuniões de mulheres a se perderem em uma infinidade de temas trazidos da vida doméstica cotidiana, dificultando a sistematização das idéias.

Se por um lado essas situações trazem elementos positivos que questionam a rigidez e aridez que caracterizam muitas discussões políticas, colocam-nos a necessidade de criar novos métodos de reunião e de trabalho, na formação de uma consciência política das mulheres.

Essas poucas observações confirmam que o caminho para uma maior participação política das mulheres não pode estar separado de uma reflexão sobre os problemas vividos no seu dia-a-dia, que leve a um dimensionamento social e político da sua situação enquanto mulher. Mas também lançam um grande desafio: a necessidade de se construir uma metodologia eficaz e uma pedagogia específica de trabalho com as mulheres.

Para o movimento de mulheres alcançar uma certa organicidade e superar

a desarticulação em que se encontra, tem que assumir de frente esse desafio, constituindo-se em um espaço de socialização das distintas experiências, respondendo ao conjunto das reivindicações das mulheres. Isso é verdade tanto no que se refere aos problemas que envolvem conjuntamente homens e mulheres, quanto às situações que mobilizam especifica-

mente as mulheres, inserindo-se como parte integrante do movimento popular global.

É na prática conjunta e na luta, que o movimento vai acumular forças e se impor e não buscando fórmulas mágicas, como a criação de federações estaduais e nacional, entidades fantasmas desprovidas de qualquer representatividade.

A QUESTÃO DO PLURALISMO E DAS MINORIAS

Luciano Lama - Secretário Geral da Confederação Geral Italiana do Trabalho-CGIL e membro do Comitê Central do Partido Comunista Italiano. Extraído do livro "Il Sindacato Nella Crisi Italiana", Ed. Reuniti, Política, maio/1977 - Itália.

No atual momento sindical brasileiro um dos temas mais debatidos é a unidade sindical.

Todos querem esta unidade, mas cada um tem um conceito diferente de unidade. Todos, teoricamente, querem a unidade, mas muitas vezes as práticas levam no sentido contrário e isso faz pensar que quem fala em unidade não quer de fato, ou a quer só na medida que esta unidade seja criada segundo sua própria visão e segundo os interesses de seu grupo.

Um sindicato unitário não se impõe, se constrói. E, para concretizar essa construção, é preciso que estejam dadas algumas condições, alguns pré-requisitos.

A experiência italiana de criação deste sindicato unitário não pode e não deve ser repetida mecanicamente, mas certamente serve para um aprofundamento da questão do sindicato unitário, que devemos ter presente no esforço de transformação de nosso sindicato e na procura de formas unitárias de organização.

O conceito de sindicato unitário se contrapõe ao de sindicato único.

Quando nós, comunistas, e conosco o conjunto das forças democráticas, decidimos escolher o sindicato unitário ao invés do sindicato único, adotamos um caminho cheio de implicações de caráter ideológico e prático para o futuro. Para nós, esta escolha não é tática: ela é v

lida tanto para o presente quanto pra o futuro, na medida em que aconteçam (e nós trabalhamos pra isso) mudanças profundas no campo político e social em direção ao socialismo. O conceito de sindicato unitário se contrapõe ao de sindicato único por que o primeiro tem como base a liberdade sindical, a possibilidade dos trabalhadores construirem um sindicato escolhido por eles, mesmo que seja alternativo a organizações já existentes. O conceito de sindicato ú

nico, ao contrário, exclui esta possibilidade e mesmo de formas diferentes ou com finalidades opostas, vê necessariamente condicionada a autonomia do sindicato à direção política, ao regime político que governa um país.

Naturalmente, nós comunistas e todas as forças unitárias existentes no movimento sindical nos propomos o objetivo de abarcar no sindicato unitário todas as forças dos trabalhadores, de combater a divisão sindical, de construir um sindicato de classe que reúna toda a categoria: mas este é um objetivo político, não é o produto de uma norma de lei nem de uma concepção ideológica que torna obrigatória para os trabalhadores a filiação a um só sindicato e que torna ilegítima qualquer alternativa.

É esta concepção do sindicato unitário e livre que abriu o caminho à unidade sindical em 1944 (Nota: o autor refere-se à unidade do conjunto das forças políticas anti-fascistas na resistência durante o final da 2ª Guerra Mundial) e que nestes anos esteve na base do processo de união. Na determinação desta nossa escolha, como comunistas, pode ter havido uma forte influência da experiência dos sindicatos obrigatórios impostos pelo fascismo durante 20 anos. Mas não há dúvida que esta escolha tem, para nós, uma ligação profunda com a estratégia geral de nosso partido, a estratégia do pluralismo político e da construção do socialismo através do consenso e dos instrumentos da democracia política. Num país como o nosso, onde as diferenças ideológicas e sociais entre os trabalhadores são profundas, a concepção unitária de sindicato implica a necessidade de dar a estas diferentes posições uma presença e um peso na organização unitária e, ao mesmo tempo, de garantir uma orientação verdadeiramente classista (e por isso unitária), capaz de expressar os interesses gerais da classe trabalhadora,

coordenando e dirigindo para este fim as pressões e as escolhas que se manifestam constantemente no interior do movimento, seja nos locais de trabalho ou nas categorias. Isto também é um problema político que nunca será resolvido de uma vez por todas, nem com um voto nem com uma formulação. É um problema político que, a cada dia, exige avaliações, debates, luta política, e que pode se aproximar de uma solução mesmo sem alcançá-la de maneira definitiva, através de uma estratégia global que expresse as exigências do progresso do conjunto da classe, combatendo linhas corporativas, setoriais, de grupo e toda tendência desmobilizadora e centrífuga através do avanço constante da consciência de classe das massas trabalhadoras.

É antídoto potente à tendência que fatalmente se apresenta, de se acomodar numa unidade fácil que leva à imobilidade.

O sindicato unitário só pode nascer hoje de um entendimento entre as três confederações. Não pode ser, como o pacto de Roma, o fruto de um entendimento entre correntes partidárias nem o somatório das categorias e das estruturas territoriais justapostas. Por esta via, mesmo contra a vontade, não se chegaria a constituir um sindicato de classe, mas um confuso amálgama dominado pelas tendências centrífugas e, nesse sentido, o mais provável seria que os sindicatos se tornassem uma estrutura de tipo inglês ou americano, baseada na força das categorias. Mas este tipo de sindicato, embora combativo, é o sindicato dos empregados, é o sindicato do contrato e do salário; não propõe mudanças profundas do sistema econômico-social, ou não propõe estas mudanças em termos de classe, um sindicato deste tipo pode ser forte

na fábrica e até mesmo democrático, mas nunca será forte na sociedade, no que diz respeito a problemas sociais e nem se propõe a ter uma proposta organizativa para as massas fora dos locais de trabalho. Isto é, o sindicato pode ter conselhos de fábrica mas não os conselhos de zona.

Por estas razões em Florença temos definido a organização unitária como uma organização de trabalhadores e não de sindicatos. Se nossa experiência, bem como a dos outros países capitalistas, for aprofundada, veremos que essa não é uma distinção formal. Aqui também, nos encontramos frente a questões que não se resolvem nem com uma definição nem com uma fórmula estatutária: sua solução exige sempre um debate, uma batalha contra os egoísmos e contra a tendência a justificar sua própria posição segundo a lógica dos grupos que aparecem espontaneamente, todo dia, no sindicato.

No interior dessa concepção de sindicato, o pluralismo não é só uma necessidade criada pelas diferenças ideológicas e sociais que permanecem entre os trabalhadores, mas é também garantia de uma elaboração mais rica; incentiva a participação das massas trabalhadoras na vida do sindicato; é antídoto potente à tendência, que fatalmente se apresenta, de se acomodar numa unanimidade fácil que leva à imobilidade.

Sobre esta problemática da unidade sindical, na realidade, se realizou o debate no comitê diretivo da federação CGIL-CISL - UIL; e mesmo que estas questões não tenham sido todas explicitamente postas em discussão, elas constituíram sem dúvida os pontos centrais do debate; especialmente quando foi realçada a relação que existe entre a unidade sindical e a autonomia do sindicato. Aqui também nos encontramos frente a um problema que não se satisfaz com soluções formais: vimos que depois de superado o obstáculo representado pela batalha,

conduzida por muitos anos com tanta ênfase e sincero empenho, em torno da questão da incompatibilidade (incompatibilidade de cargos de direção no sindicato e cargos de direção no partido decidida pelas centrais sindicais italianas). A questão da autonomia volta a se apresentar. O problema não será automaticamente resolvido com a abolição das correntes de partido (proposta legítima e que deve ser realizada), visto que, num movimento sindical como o nosso, a autonomia não pode se realizar através da despolitização dos trabalhadores e dos quadros, (coisa que todos, pelo menos formalmente, rejeitam), mas através de uma forma de ser do sindicato, que lhe permite elaborar suas reivindicações e escolhas políticas a partir do seu próprio interior, sem interferências externas. Como os outros, esse também é um problema de amadurecimento da consciência, um problema que todo dia se recoloca e se recolocará, e que não pode ser resolvido com uma norma de estatuto ou com uma garantia a mais. Por estas razões, qualquer um que pretenda condicionar a unidade sindical à obtenção da "plena autonomia", se julgando o único juiz deste objetivo, assume uma posição não-realista e substancialmente anti-unitária, porque pretende medir unilateralmente, e com uma medida falsa, o grau de autonomia que os outros conseguiram.

O máximo de autonomia para uma organização unitária, coincide com um máximo de democracia e de livre confrontação de posições, que ela consegue manter em si própria e nas suas escolhas políticas.

A única verdadeira garantia para todos da autonomia de uma organização unitária é dada por suas políticas e

por um método que, na sua elaboração, favoreça a participação de todas as forças reais que compõem esta organização e dos trabalhadores interessados. Em suma, o máximo de autonomia para uma organização unitária, coincide com um máximo de democracia e de livre confrontação de posições que ela consegue manter em si própria e nas suas escolhas políticas.

Deste ponto de vista, para garantir o pluralismo no sindicato unitário é fundamental a participação de todas as forças reais, mesmo que minoritárias, na vida do sindicato e dos órgãos diretivos em todos os níveis, desde a base até os órgãos mais altos da confederação sindical. Para garantir a presença das minorias o único método existente, apontado expressamente pelos documentos unitários aprovados unanimemente em Florença, é o método proporcional, de uma proporção necessariamente "corrigida", pela qual, respeitando as maiorias reais, as minorias tenham espaço suficientes e por isso maiores do que a elas caberiam se fosse aplicada rigorosamente a lei dos números.

Se queremos garantir a unidade do movimento sindical, o interesse de todos os trabalhadores e das próprias maiorias, sem proteger de forma paternalista correntes minoritárias, não podemos aplicar na democracia do movimento sindical as mesmas regras que existem no parlamento, baseadas numa clara distinção entre maioria que governa e oposição que controla, que contesta, que se opõe. Isso se deve ao fato de que o sindicato é uma associação de fato voluntária e livre. A participação das maiorias na vida e no "governo" da organização é condição necessária para conquistar e manter a unidade.

A experiência da CGIL e, de forma diferente, a das outras confederações, demonstra que isso é possível. Faz trinta anos que na CGIL estão juntos, na militância sindical e na di-

reção, trabalhadores e quadros de tendências políticas diferentes que participam da vida política do país ao lado do governo ou da oposição. Seria absurdo afirmar que esta situação não criou e não cria problemas. Estes problemas, porém, foram resolvidos e podem se resolver cada vez que aparecem, porque a visão unitária do sindicato, que sempre inspirou nossas escolhas desde o surgimento da CGIL depois da divisão, tornou possível associar na direção da organização, em todos os níveis, as forças reais que nela vivem e atuam, tornando a direção uma expressão concreta da realidade. Esta forma de entender o sindicato (na qual se dilui o esquema tradicional de maioria e minoria - situação, oposição - nos grupos dirigentes) como expressão unitária do conjunto da organização, traz às vezes debates mais longos e uma procura paciente da unidade real; leva a reduzir ao mínimo as votações por maioria que podem criar dilacerações quando se repetem e se tornam sistemáticas, cujo resultado às vezes não satisfaz uma ou outra parte.

Apesar disso tudo, esta maneira de entender o sindicato permitiu e permite manter a unidade e oferece uma possibilidade de participação às massas trabalhadoras na vida do sindicato, que seria seriamente limitada por uma concepção baseada em maioria. Esta concepção, além de colocar a unidade sob constante ameaça de divisões, tornaria muito mais difícil a procura de opções unitárias, devido a incomunicabilidade que, de muitas vezes, é criada a priori entre maiorias fechadas que dirigem e minorias igualmente fechadas que se encontram na oposição. Nossa forma de entender o sindicato e sua unidade evita esclerosar maiorias e minorias, pois a democracia interna deve deixar os espaços necessários à renovação das políticas e dos grupos dirigentes, a partir das escolhas feitas pelos trabalhadores. Permite também que todos, sem exceção

alguma, exerçam sua hegemonia nas es-
colhas concretas.

Fora e dentro do movimento sindical,
há quem receie que através da unidade
de possa ser exercido sobre o pró-
prio sindicato um tipo de hipoteca
da maioria, e, falando claro, da
CGIL e dos comunistas.

Este perigo, ou melhor, esta situa-
ção, na medida em que existe, nunca
mudará se for adotada na vida inter-
na do sindicato o sistema de maio-
ria. Este sistema é um modo certamen-
te correto de organizar a democra-
cia, mas não é apto para gerir as re-
lações entre diferentes tendências
num sindicato unitário e livre.

Hegemonia é conquista do consenso, é
o resultado de uma proposta políti-
ca, de uma formação cultural e de um
comportamento honesto.

Quando se tem como referência esta
nossa visão do sindicato, é errado
falar em "hegemonia", entendida co-
mo abuso de poder ou funcionamento
mecânico de maiorias políticas. He-
gemonia é conquista do consenso, é o
resultado de uma proposta política,
de uma formação cultural e de um com-
portamento honesto: não podemos pen-
sar, em absoluto, que estas qualida-
des sejam necessariamente patrimônio
de uma maioria e não de uma minoria.
No movimento sindical, talvez com
mais frequência e mais rapidamente
que na vida política, quem perde a
hegemonia perde a maioria e não o
contrário: aqui também deve prevale-
cer uma idéia de pluralismo baseada
não tanto em esquemas rígidos e per-
manentes, mas na capacidade das for-
ças reais presentes no sindicato de
interpretarem os desejos profundos
do conjunto dos trabalhadores e de
conduzirem o movimento sindical den-
tro de uma concepção unitária, de
classe.

Na verdade, a descoberta de um enca-
minhamento certo não é automática,
nem pelas maiorias nem pelas mino-
rias: o encaminhamento certo e coe-
rente só pode ser o resultado de es-
colhas que envolvam as massas traba-
lhadoras através de debates, con-
frontos e contribuições diferentes,
que criam condições para a criação e
manutenção da unidade. Num único pon-
to não pode haver dúvida: uma vez to-
mada uma decisão democrática, aquela
decisão compromete todos, porque a lu-
ta de classe não pode admitir deser-
ções frente ao adversário.

Manter unidas as forças que compõem
um grande movimento sindical de ma-
sa não é fácil e não será fácil nem
na unidade, não só pelas diferenças
ideológico-políticas, das quais fa-
lamos, mas também pelas diferenças so-
ciais que existem entre os trabalha-
dores assalariados. Fazer conviver
na mesma organização, para levar a
frente uma política comum, um diaris-
ta desempregado de Melissa e um prêmio
Nobel de física que trabalha num
Instituto de Pesquisa Nuclear, não
é muito mais fácil que manter jun-
to um comunista e um democrata-cris-
tão. Aqui não se trata, é claro, de
ter dois trabalhadores com a mesma
carteirinha, mas fazê-los comungar
um único projeto de desenvolvimento e
de transformação social, e coordenar
de forma coerente com este projeto
as insuprimíveis exigências de uma
defesa profissional de cada um dos
dois.

O fato dos trabalhadores na produção
(os operários, os assalariados ru-
rais, os técnicos, os que estão no
setor dos serviços, os trabalhadores
da ciência) receberem frequentemente
pagamentos muito menores, e terem u-
ma relação de trabalho muito mais
precária, com menor garantia de esta-
bilidade e de carreira, em rela-
ção aos empregados em outros setores
e profissões, produz distorções no
mercado de trabalho, deteriora a qua-
lidade dos recursos humanos disponí-
veis para a produção de recursos ma-

teriais e alimenta polêmicas inter-
nas aos trabalhadores que freiam sua
agregação unitária.

Aqui também nos encontramos frente
a problemas que não se resolvem com
mágicas, com uma evocação voluntaris-
ta dos princípios classistas e nem
dos princípios evangélicos. Trata-
-se de problemas que não podem ser
largados, deixados ao "livre" jogo
das forças existentes, porque este
livre jogo levaria o sindicato à di-
áspora e não à unidade. Enfrentar
também estes problemas para o avanço
do processo unitário, além dos pro-
blemas já apontados da autonomia, da
democracia e das relações com os par-
tidos, é uma maneira séria para se
aproximar da unidade, refletindo e
operando desde já nas dificuldades
que estão presentes e não desaparece-
rão automaticamente, nem depois de
termos conseguido a meta da unidade.

Esta visão de sindicato unitário po-
de representar um ponto de referên-
cia comum para todas as forças polí-
ticas democráticas.

Estamos convencidos de que esta visão
de sindicato unitário pode represen-
tar um ponto de referência comum pa-
ra todas as forças políticas democrá-
ticas. Reconhecer no sindicato o plu-
ralismo ideológico e também o outro
pluralismo, não menos importante, que
é consequência das diferentes condi-
ções sociais dos trabalhadores assa-
lariados, contribui substancialmen-
te para encontrar uma solução para o
delicado problema das relações entre
sindicato e partidos políticos den-
tro de uma recíproca autonomia, de
confronto sincero e sem hipocrisia,
na base de um posicionamento do sindi-
cato que, em relação à constituição,

à democracia política e as institui-
ções realiza uma escolha irreversí-
vel definitiva.

O debate organizado pela Federação
CGIL - CISL - UIL a partir das deci-
sões, neste ponto unitárias, do Comi-
tê Diretivo, sobre estes problemas,
deve ser conduzido abertamente com o
método da tolerância e da democracia.
Se assim for, quando chegarmos às
conclusões, saberemos não só se os
trabalhadores querem a unidade e
quando a querem, mas também que ti-
po de unidade eles querem, que proje-
to de unidade as confederações de-
vem elaborar, que tipo de sindicato
é preciso construir para responder
às suas exigências. Será necessário
discutir as linhas políticas (isso
não será difícil, visto que se tra-
ta de uma preocupação cotidiana), mas
será preciso também discutir o modo
de ser do sindicato unitário, de
suas estruturas, dos critérios que
nortearão sua vida interna.

O debate no Comitê diretivo demons-
trou que a unidade não se faz sem
uma plataforma e sem uma linha polí-
tica, mas provou também que uma li-
nha política não é suficiente para
criar uma unidade orgânica. Aquele
debate provou sobretudo que, vindo
a faltar a perspectiva da unidade,
vai falhar também a linha política
que estivemos construindo na federa-
ção durante três anos de trabalho.
Estes são os dados que saíram em de-
zembro do Comitê Diretivo, expressan-
do a consciência comum que se criou
em torno daquilo que deve nortear o
comportamento dos grupos dirigentes,
e qual o clima de participação ativa
que queremos criar entre os trabalha-
dores.

Este debate pode ser um momento es-
sencial, decisivo, para o avanço e
para a conclusão positiva do proces-
so unitário. E, pelo que depende de
nós, deve sê-lo.

O DESAFIO DA EDUCAÇÃO POPULAR NA NICARÁGUA

Seminário com quadros do Vice-Ministério de Educação de Adultos, Ministério de Educação e Associação de Trabalhadores Camponeses. Manágua, 31/3/1981.

O VIMEDA (Vice-Ministério de Educação de Adultos) está desenvolvendo, no campo da Assessoria Técnica, uma pesquisa sobre o papel da Educação de adultos no desenvolvimento integral da Nicarágua Livre. Por isso estamos recebendo companheiros de outros lugares, com muita experiência no assunto e entre eles, apresentamos hoje o companheiro Marcos. Trata-se de um velho amigo da Nicarágua, que esteve aqui logo nos primeiros meses depois da insurreição; depois ele voltou em setembro de 1980, quando já havia terminado a Cruzada de Alfabetização e começado a longa luta que teve início com a educação de adultos.

Devido à experiência do companheiro em processos similares - principalmente na África - e à própria experiência que ele vem recolhendo do nosso processo durante esses anos, achamos que não seria bom que isso ficasse limitado à nossa equipe. Daí partimos para as confe-

rências abertas, e vamos trazer todas essas pessoas que vão chegando para que coloquem sua experiência, sua interpretação. A gente vai ouvir criticamente, "assumindo o que nos parece bem e deixando de lado o que



Cad. 30 Mundo

"Punho erguido, livro aberto": os alfabetizadores e o slogan caminhando por todo o país

não nos parece apropriado" - como diz o próprio Marcos. Queremos destacar a presença dos companheiros dos outros Vice-Ministérios do MEC (Ministério da Educação) e dos companheiros da ATC (Associação dos Trabalhadores Camponeses).

Damos assim por iniciadas essas conferências abertas e desejamos vivamente que elas continuem durante todo o ano de 1981.

Gostaria de começar o trabalho com vocês citando o companheiro Sérgio Ramirez: "É preciso que a Nicarágua se converta em uma grande escola de Educação Popular. Uma escola permanente, que não cesse nunca, que não perca jamais seu impulso, nem seu entusiasmo, nem seu fervor".

Uma coisa parecida foi dita pelo companheiro Francisco Lacayo, em março deste ano: "Nossa meta é que a Nicarágua inteira se converta em uma grande escola das classes populares, cujo texto seja a prática cotidiana na revolução em seus programas produtivos, sociais, políticos, culturais e ideológicos".

Creio que essas duas citações sintetizam bem a direção geral levantada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional para a educação nova, que faz parte de toda essa reconstrução de uma Nicarágua Sandinista. E ontem, conversando com a equipe de Assessoria Técnica e na presença do companheiro Vice-Ministro Lacayo, ele nos disse: "A ESCOLA É A REVOLUÇÃO SANDINISTA"!

Para mim esta concepção é absolutamente fundamental para definir o que é a educação na Nicarágua. A visão mais global, a concepção mais integral da educação, está justamente nesta frase, onde se identifica a Revolução Sandinista como um processo de educação. É o processo fundamental do qual parte a aprendizagem do povo da Nicarágua.

Então não tenho dúvida alguma sobre

para onde caminhar na nova educação. Os desafios parecem ser sobre como fazê-lo, como transformar isto em realidade, que caminhos utilizar para que o que é intenção e declaração se torne um fato, uma realidade.

A partir da nossa própria experiência pedagógica, bem como da experiência de políticos, de militantes, de lutadores, nós sabemos bem que "entre el dicho y el fecho hay mucho trecho". Então nosso desafio é justamente transformar em realidade as linhas gerais de política educativa do país, e é disso que vamos tratar aqui hoje e é disso também que vocês tratam cada dia em seu trabalho.

Eu vejo que esse desafio é um desafio essencialmente político, que a tarefa dos educadores não é simplesmente uma tarefa pedagógica, é uma tarefa essencialmente política por que está em jogo a criação de um país onde existe uma real democracia popular.

A Direção Nacional da Frente Sandinista disse uma coisa que define bem esse problema: "Democracia para um revolucionário, para um sandinista, significa participação do povo nos assuntos políticos, econômicos, sociais, culturais; participação dos trabalhadores na direção das fábricas, fazendas, cooperativas e centros culturais. Em síntese, democracia é intervenção das massas em todos os aspectos da vida social."

Este desafio de que falamos não é um desafio político para os políticos, é um desafio para toda a população e segundo o meu ponto de vista, os educadores têm um papel chave na resposta a este desafio.

A EDUCAÇÃO POPULAR NA NOVA SOCIEDADE

Eu diria que a educação popular, a educação em uma nova sociedade, tem três funções radicais que são revolucionárias.

A primeira é que a educação popular é um elemento fundamental para capacitar o povo no exercício desse poder popular do qual fala a Direção da Frente. Então se trata de que essa educação popular operacionalize esse poder popular, que o torne possível através da capacitação do povo, para exercê-lo. Este é o NÍVEL POLÍTICO.

A segunda, como elemento fundamental de dinamização e potencialização das forças produtivas do país, e também de reorganização social da produção. Aí está a dimensão política e econômica - porque eu não vejo a economia isolada da política. Creio que aqui se trata de uma tarefa POLÍTICO-ECONÔMICA da educação popular.

Em terceiro lugar, é um elemento fundamental da revolução cultural do povo da Nicarágua, na criação de uma nova identidade do povo nicaragüense. Isto tem dois aspectos: primeiro, a valorização de tudo o que tem sido e é hoje em dia o povo da Nicarágua; e segundo, a criação de novos valores, de novos comportamentos, de uma nova atitude que se precisa apreender, que é preciso criar - e que é a combinação desses dois aspectos. É a valorização de tudo que há de positivo no que vem passando, inclusive do que foi revolucionado pela insurreição e triunfo popular, mais a introdução de novos valores, de novas atitudes - é essa combinação que forma essa nova identidade do povo da Nicarágua.

Nestes três níveis, repito, a educação popular tem uma contribuição fundamental a dar. E é por isso que eu vejo a educação popular dentro do projeto sandinista de nova sociedade. Não uma educação popular de fora, dando uma contribuição, mas de dentro, constituindo-se num elemento fundamental para tornar possível este projeto de uma nova sociedade sandinista.

Quero apontar uma coisa fundamental que encontrei no Plano/81, quando se

discute a questão dos atores da reativação do país: o PRIMEIRO ATOR QUE ESTÁ ASSINALADO É O POVO, NÃO É O ESTADO. Isto traz implícita uma concepção da Frente de que o fundamental são as classes populares. Aí está o primeiro ator e o mais importante - e então o Estado, como ator também tem que responder às necessidades e exigências das classes populares.

Além disso essa afirmação contém uma diretiva política, em termos de que prioridades nós temos. Eu vejo uma dupla determinação da educação popular com relação ao projeto da sociedade sandinista. Se por um lado a educação popular é uma atividade vital para a edificação dessa sociedade sandinista, por outro lado uma sociedade independente, participativa e centrada em suas próprias forças e recursos, só é possível se é posta em marcha no país uma educação popular que seja coerente com esse projeto.

A idéia é a seguinte: se colocamos esse objetivo de uma nova sociedade sandinista, mas se existe uma estrutura, um sistema de aprendizagem, uma concepção do conhecimento que são incoerentes com esse projeto, isto vai levar a sociedade para outro objetivo, em outra direção. É este desvio que se trata de evitar.

Então eu quero partir do fato de que este perigo é bem remoto na Nicarágua, quer dizer, o perigo de um desvio, porque as duas revoluções que foram a insurreição popular e a insurreição cultural (que começou com a Cruzada Nacional de Alfabetização) já deram um impulso muito importante para uma nova educação. O fato de que a Cruzada Nacional de Alfabetização tenha partido da nova realidade da Nicarágua e tenha dado continuidade a essa insurreição popular, fez com que ela abrisse as portas de um caminho novo para o país. Um caminho no qual o povo, agora, começa a ter a possibilidade de ganhar o poder, não só político, não só econômico, mas

também cultural: O PODER DO SABER, O PODER DO CONHECIMENTO, O PODER DE TRANSFORMAR A REALIDADE SEGUNDO SUAS NECESSIDADES! O poder de saber onde vamos, de determinar os destinos do país.

Foi nesse sentido que a Cruzada teve um papel completamente fundamental. Mas assim como foi uma vitória fantástica, devemos reconhecer que os resultados, o que se ganhou até agora, é ainda débil, é frágil e se pode perder, pelo menos parcialmente. Pode ser combatido e até mesmo destruído por vários tipos de inimigos: objetivos e subjetivos, que ainda temos vivos no país.

A ETAPA DE CONSOLIDAÇÃO: RISCOS QUE CORREMOS

É neste ponto, então, que de preferência devemos trabalhar um pouco mais. Porque tudo o que eu coloquei até agora vocês já conhecem; serve apenas como uma reafirmação de um companheiro brasileiro que vem de fora e que se sente entusiasmado com a experiência de vocês.

O Vice-Ministério de Educação de A adultos coloca uma tarefa fundamental para esta fase, que é a consolidação do que foi conquistado com a Cruzada. E esta consolidação inclui algumas invenções que eu qualifico como geniais, criadas na Cruzada: OS COLETIVOS DE EDUCAÇÃO POPULAR, os coordenadores, os promotores, os cursinhos semanais e os pré-cursinhos, são lições que nasceram e avançaram. Essas são as estruturas e os atores que vão garantir a continuação de uma educação popular nova.

Mas ao mesmo tempo que se trabalha, a gente tem a tarefa de transformar a educação tradicional da sociedade burguesa que existia antes do triunfo da insurreição. Trata-se então de um duplo esforço a cumprir, atentos ao que a Frente definiu como seu esforço principal no sentido da criação de UMA NOVA EDUCAÇÃO POPULAR: u

ma educação que supere o elitismo do passado e que integre as massas neste processo de formação global. O problema então, outra vez, é como fazer isto.

Vocês já têm um elemento básico do como, que é a existência dessas entidades e desses agentes ou atores que são absolutamente fundamentais. A colocação do companheiro Lacayo é trabalhar na consolidação disso que já foi alcançado. Mas eu acrescento outra dimensão do desafio, que me parece muito importante sustentar diante de nós; é o desafio daqueles que não se integraram nos CEP depois que passaram pela alfabetização.

Se analisamos quais são os riscos de deixar à margem estes outros adultos o principal é o de caírem outra vez no analfabetismo, desta vez por falta de uso que significa esquecerem o que aprenderam. Cada um de nós tem uma experiência sobre isso, em qualquer campo de atividade da nossa vida: estudamos, não usamos, nos esquecemos.

Qual é o risco de cair no analfabetismo por falta de uso? Primeiro: tudo o que se investiu em termos de capital financeiro e humano na alfabetização, perde-se quando o alfabetizado recai no analfabetismo. Segundo: no nível psicológico o camponês se frustra, sente-se um incapaz, um impotente - e esse complexo de inferioridade, que ele já carrega de uma herança de opressão e dominação, torna-se ainda mais agudo, mais profundo e mais grave. Terceiro: no nível didático ou de mobilização para a educação, torna-se muito difícil mobilizar o camponês que alguma vez foi alfabetizado para que se alfabetize de novo. Se isso acontece, eis aí um elemento de obscurantismo que se consolida no país. Quarto - e talvez o mais importante - é o efeito político: a incredulidade diante daqueles que colocaram a questão e lhes prometeram uma integração na vida do país no cultural, no econômico e no polí-

tico. Correríamos o risco de que se chegue a culpar a Direção do país de marginalizá-los, depois de tê-los convocados a se integrarem nesse processo.

Estes riscos são muito concretos e devemos tê-los presentes, mesmo que as energias estejam concentradas no trabalho mais urgente de consolidação do que já se alcançou.

Minhas reflexões atuais surgem de uma experiência muito curta - apenas 8 dias - mas muito rica, que tive aqui com vocês. Tive oportunidade de visitar vários CEP, não somente aqui em Manágua, mas também nas áreas rurais, tive oportunidade de falar com coordenadores e promotores, de estar em um pré-cursinho, de conversar com dirigentes municipais e departamentais de educação de adultos, além de todo o trabalho que fiz junto com a equipe de direção aqui, especialmente com Assessoria Técnica e a Divisão Técnico-Pedagógica.

Então, eu acho que a gente precisa refletir para além das experiências que estão em curso atualmente - a alfabetização permanente e o primeiro nível - e tratar de compreender que, neste momento, o que está diante de vocês é o desafio e avaliar esta experiência que finaliza sua primeira etapa dentro de poucas semanas. E então projetar as linhas de trabalho, o plano de trabalho para o futuro. Quer dizer, para a continuação do primeiro nível e para os outros níveis da Educação Popular Básica, que vão levar a um nível mais especializado de capacitação profissional dos adultos. Como acabo de chegar à Nicarágua e vejo que nada disso está definido em termos mais concretos e detalhados, julguei possível fazer este intercâmbio com vocês que trabalham nisto. Minha contribuição de irmão, de companheiro, é muito relativa, muito limitada - assim, vocês devem aproveitá-la como melhor lhes pareça.

OBSTÁCULOS QUE PRECISAMOS SUPERAR

Quero refletir um momento com vocês sobre quais são os obstáculos ou os freios que hoje existem para desenvolver uma educação popular nova. Em primeiro lugar, acho que a experiência educacional herdada do passado continua existindo. A Revolução, quer dizer, a tomada do poder pelo povo e pela Frente Sandinista, não significa que todos os inimigos já se foram. A experiência herdada em forma de estruturas, instituições, relações sociais, processos, mentalidades, continua viva, se bem que tenha perdido muito terreno com a luta do povo da Nicarágua.

Essa luta tem aberto e não fechado portas, essas portas se abrem para a superação de tudo o que há de negativo no passado. Então temos que conhecer bem o negativo, não somente para combatê-lo, mas também para criar alternativas que o substituam.

Qual é a experiência herdada? Uma das dimensões mais sérias dessa experiência é o CONCEITO ELITISTA DO CONHECIMENTO. Esse conceito pode ser encontrado ainda vivo em todo o sistema de educação tradicional, o qual se dá valor somente ao que é teorizado, ao que é sistematizado, ao que está escrito, ao que é dito em uma frase numa escola. Este conceito elitista visa não criar consciência crítica nos estudantes - sejam eles pequeno-burgueses, camponeses ou operários - mas unicamente transmitir habilidades. As habilidades são para manter a sociedade tal que ela é hoje. Não para mudar sua essência, nem suas estruturas nem suas relações essenciais - que também são elitistas.

A esse tipo de conhecimento se contrapõe outro, que foi extraordinariamente dinamizado pela insurreição popular e também pela Cruzada (que veio junto com a insurreição). É o conceito de educação ou de conhecimento ba

seado no povo? UM CONCEITO DE CONHECIMENTO POPULAR. Neste caso, o que se valoriza como primeiro momento do processo de aprender e de descobrir a realidade, é o momento da prática social.

Todos vocês sabem por experiência própria, que os adultos são diferentes das crianças - em termos de teoria do conhecimento, do processo de criar conhecimentos. A grande diferença está em que os adultos trazem toda uma vida para a escola, ou para qualquer outra aprendizagem - enquanto que a criança está começando a viver. Esse elemento de experiência social, de PRÁTICA SOCIAL, tem um papel fundamental numa nova concepção da educação. Se definimos que este é o primeiro momento do processo de aprendizagem, do processo de criação do novo conhecimento, então estamos colocando esse tipo de conhecimento teórico a serviço daquele. Porque o movimento é esse: parte da experiência concreta para a teorização, com o objetivo bem preciso e real de retornar à realidade para transformá-la.

Então - levando em conta o que disse Marx sobre a Velha filosofia - aí se redefine um conceito de educação no qual não está mais presente uma abstração que dá sentido ao ato de estudar em si mesmo (isto é, que esgota em si mesmo o sentido do ato de teorizar/estudar/sistematizar); em vez disso, trata-se de um processo que se inicia no nível da prática, da realidade, para retornar a ela como uma consciência crítica adquirida no próprio processo e já com uma capacidade transformadora e operativa fundamental.

Esta teoria do conhecimento, como vocês vêem, não despreza o ato de teorizar, mas trata de romper o elitismo da concepção, integrando este elemento (teorizar) no processo que parte da prática e a ela retorna.

Se olharmos a escola tradicional, o sistema estruturado e formal de edu-

cação que herdamos, vemos que este conceito de educação de que falamos não cabe num tal sistema. Por que? Porque é um sistema que desde o início é seletivo. Começa com uma base muito ampla, com muitas crianças que entram no primário, mas aos poucos um grande número vai saindo do processo educativo, até chegar ao nível universitário onde poucos podem se formar. Este efeito "de funil" da educação tradicional não tem lugar, não pode ter lugar no tipo de educação que se planteia para a Nicarágua. Dito com outras palavras: este elemento estrutural da seletividade tem que ser destruído e substituído por algo novo, diferente.

Outro elemento fundamental do sistema tradicional é que, fazendo este "funil" como vimos, ele cria uma elite cultural que tende também a ser uma elite política e econômica. Então, de fato, toda a IDEOLOGIA DE UMA SOCIEDADE DE CLASSES, de uma sociedade de dominação, se reflete e se reforça na educação tradicional.

É óbvio que uma sociedade nova na Nicarágua, é projeto de um desenvolvimento gradual de uma sociedade na qual todo o povo se integre e, portanto, tem que buscar forças para subverter todas as estruturas que geram elitismo e segregação.

COMO CRIAR JUNTOS E COMPARTILHAR O NOVO CONHECIMENTO

Finalmente, um último ponto sobre a escola tradicional é que ela cria vários divórcios, separações ou dualismos, que são pontos críticos para uma nova educação. Um deles é a separação entre escola e comunidade, ESCOLA-VIDA. A escola realiza essa separação junto com outra que também é crítica: a separação entre ESTUDO E PRODUÇÃO. Quantos de nós ouvimos ser dito por camponeses ou coordenadores que trabalham o dia inteiro como camponeses, justificando a não-participação nos CEP. "Temos que trabalhar,

não podemos estudar". Aqui está condensado um divórcio que não pode continuar existindo na nova sociedade: é um absurdo, em termos da nova educação que propomos, que o estudo se já contraposto ao trabalho produtivo.

Mas existem ainda outros divórcios que devemos examinar: o divórcio entre PROFESSOR E ALUNO - a idéia, baseada naquele velho conceito do conhecimento, de que o professor é "o que sabe" porque estudou.

Vou contar uma história vivida por camponeses pescadores no Nordeste do Brasil, numa aula de alfabetização, quando entrou pela primeira vez o professor, o coordenador ou animador - como o chamamos no Brasil. Silêncio absoluto. O animador começou: "Bom, a gente está aqui para estudar, para aprender a ler e escrever, mas não queremos fazer isso como na escola; por isso vocês devem falar e participar". Daí, perguntou: "Para que vocês querem se alfabetizar?" Silêncio absoluto. "Bom, estou perguntando a vocês: porque vieram a um curso de alfabetização? por que estão aqui? O que é que vocês querem com isso?" Silêncio. "Por que vocês não falam?" Então um deles disse: "Bom, porque nós estamos aqui para ouvir e você para falar". Então o animador disse: "E por que isso?" Resposta: "Porque nós não sabemos nada, a gente não estudou!"

Aí, nessa hora o animador teve uma idéia genial: foi ao quadro-negro, fez um risco de cima a baixo no quadro e começou um jogo com eles. "Bom, muito bem, então vocês não sabem nada e eu sei tudo; vou fazer uma pergunta: que é dialética socrática?"

Ninguém soube responder, é claro. Então ele fez um traço e marcou: "Um ponto para mim". "Agora - continuou - vocês vão me perguntar alguma coisa relacionada com seu trabalho, com a pessoa". Eles começaram a rir e um fez a pergunta: "Que é pesca de cultivo?" O animador não sabia, en-

tão anotou do outro lado um ponto para eles. E assim continuaram, até que tivesse 3 ou 4 traços de cada lado. Quer dizer: sem fazer nenhum discurso sobre a democracia e a participação popular dos camponeses no conhecimento, o animador conseguiu provar-lhes que eles sabiam uma porção de coisas, que traziam um conhecimento para o círculo de cultura.

Este tipo de noção - do professor que sabe algo e do aluno adulto que também sabe algo - essa confrontação entre dois que criam um novo conhecimento, bem como a confrontação dos alunos entre si, descobrindo a realidade coletivamente, ISSO É O QUE CRIA O NOVO CONHECIMENTO.

A EDUCAÇÃO PARA A MUDANÇA CONDICIONA AS MUDANÇAS DA EDUCAÇÃO

O que é que propõem a Frente e as direções da Nicarágua? Primeiro, propõem a construção de uma sociedade independente, na qual se desenvolva a auto-sustentação baseada nas próprias forças e recursos - humanos e naturais - do país. E em termos de educação, o que é que propõem? Uma sociedade com uma educação NÃO ELITISTA, PERMANENTE e REVOLUCIONÁRIA.

Não elitista, porque integra todo o povo nela. Permanente, porque não percebe a educação como uma coisa que se recebe primeiro para aplicar depois. Em vez disso ela sustenta que, partindo da prática, um sujeito está sistematicamente trabalhando e se educando, cada vez que faz este caminho prática-teoria-prática. E, finalmente, revolucionária, porque está aberta, sistematicamente aberta, flexível e em processo de transformação.

Se concebemos a realidade não como algo estático mas em processo de mudança, então A REVOLUÇÃO É ISSO: aceitar que a realidade muda e colocar aí um elemento de vontade humana para que essa realidade mude em benefício de todos e não de uma minoria.

Aqui se coloca o seguinte: como realizar isso hoje na Nicarágua? Sobre esse tema, eu situo dois níveis: o projeto da nova sociedade e o projeto da nova educação, mas vejo os dois complementares e ligados entre si. Por um lado, trata-se da redefinição de um modelo de desenvolvimento para a nova sociedade; isto implica na redefinição do conceito de FÉLICIDADE. Que é felicidade? Para as sociedades capitalistas felicidade é consumir, é acumular, é promover-se a si mesmo à custa dos outros e do coletivo. Nós sustentamos aqui a existência de um outro tipo de felicidade. É este outro tipo de felicidade que vai estar presente neste projeto. E só vai ser possível se esta educação indica como criar essa felicidade, e esse "como" vai ser construído, precisamente, através da nova educação.

Estamos chegando a um problema que nos parece chave, que está presente nos documentos dos companheiros dirigentes: é o problema de QUEM SÃO OS ATORES dessa educação. Antes se pensava que o ator principal da educação do país era o professor e o sistema educacional, e que a nível do Estado era o Ministério de Educação. Sem dúvida os dirigentes da Frente e do governo colocam aqui algo diferente: eles dizem que o QUEM da educação deve ser todo o povo e que O ONDE se aprende seja toda a sociedade. Então, já não se pode mais pensar que a tarefa da educação de adultos esteja concentrada e limitada ao Ministério da Educação e ao Vice-Ministério de Educação de Adultos.

Quero acrescentar uma coisa: esse tipo de educação - que permita construir uma nova felicidade em uma nova sociedade sandinista, essa educação que leve o povo a se apropriar de sua realidade e a alcançar uma consciência crítica sobre essa realidade - é uma educação que ABRE AS PORTAS DA CRIATIVIDADE DO POVO. Uma atividade que tem sido negada ao povo através de toda a história. Uma

criatividade que desenvolva no povo uma capacidade de análise e de síntese; uma capacidade não só de olhar sua própria realidade, mas também de entendê-la e de transformá-la criticamente. É uma capacidade nova de DECIDIR sobre os destinos da sociedade e da comunidade onde vive.

QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS DA NOVA EDUCAÇÃO? ONDE ELA DEVERÁ SER PRATICADA?

É materialmente impossível que esse novo tipo de educação possa sair somente do Vice-Ministério de Educação de Adultos e do Ministério de Educação. A citação que fizemos da Direção da Frente, a outra citação de Francisco Lacayo dizendo que a "Revolução é a escola nova", indicam uma concepção nova e real; mas o desafio para vocês não é simplesmente afirmar isso ou reconhecer que essa afirmação é correta, mas sim descobrir como sistematizar isso. Como transformar essa intenção e esse reconhecimento muito global, muito genérico, em processos concretos, sistemáticos e permanentes de educação das massas.

Um dos caminhos seria então - e agora começamos a detalhar o CCMU - abandonar essa concepção de que só os professores e as instituições de educação (Ministérios, Vice-Ministérios) têm a responsabilidade de realizar este tipo de educação nova. No máximo eles têm uma responsabilidade prioritária, uma responsabilidade político-pedagógica; mas não conseguirão cumpri-la se não integrarem a atividade de educação de adultos em todas as outras entidades do país (Ministério de Planificação, de Agricultura, de organizações de massa) - e se não conseguem transformar os locais de trabalho em escolas.

Imaginem vocês se tentássemos trazer os camponeses para a escola; não haveria nem escolas nem professores suficientes e, além disso, ia acon-

tecer o que eles disseram, isto é, não iam poder produzir. Criar uma escola e trazer os camponeses para dentro dessa escola, isso é parar a produção. E isso não é possível!

A concepção nova de educação é uma concepção de que, se os camponeses vão aprender, têm que aprender no próprio lugar onde vivem e trabalham. E aqui se coloca uma questão muito difícil: COMO TRANSFORMAR OS LOCAIS DE TRABALHO EM ESCOLAS; EM LOCAIS DE APRENDIZAGEM? COMO TRANSFORMAR O TRABALHO PRODUTIVO EM TEMA DE ENSINO?

Vou tratar rapidamente destes pontos e tratar de dar uma resposta a eles, porque me parecem fundamentais para saber como realizar esta nova educação.

Um dos pontos é este: transformar todos os locais de trabalho em escolas. As organizações de massa, os ministérios e todas as entidades que de alguma maneira são responsáveis por formar as pessoas para alguma atividade no país, essas entidades devem então se transformar em escolas. E os operários e os camponeses mais experientes (como são os coordenadores) deverão também se transformar em professores e mestres; os técnicos das diferentes áreas de produção e atividades, eles também deverão se tornar professores; e os companheiros militantes, políticos dirigentes e membros das organizações de massa, igualmente devem se tornar mestres.

Segundo ponto: deveremos dar prioridade às tarefas de reativação política e econômica do país, como FONTES DE APRENDIZAGEM. Aqui estão a atividade produtiva e a atividade de organização política (que inclui a defesa); essas duas áreas de atividades são origem e fonte dos elementos-chaves que vão se constituir em conteúdo mesmo da educação.

Então vemos um processo que parte da realidade em que se está e que deve

dar uma grande relevância (agora estamos num nível mais concreto e imediato para vocês) ao próprio trabalho pedagógico, ou melhor, POLÍTICO PEDAGÓGICO. Nele se integram os três momentos do trabalho pedagógico.

- a) O momento da AVALIAÇÃO do trabalho realizado (em nosso caso, toda a Cruzada e agora a Alfabetização permanente e o 1º semestre da EPB);
- b) O momento da INVESTIGAÇÃO e
- c) O momento da PLANIFICAÇÃO

INVESTIGAR A REALIDADE: UMA PREOCUPAÇÃO CONSTANTE

Estes três momentos ou passos se regeneram continuamente, porque quando a gente programa e põe em ação um programa, já tem novos elementos para avaliar; depois, a avaliação oferece elementos para investigar a realidade num outro nível de profundidade; e essa investigação gera elementos para uma nova programação. Neste processo A INVESTIGAÇÃO TEM UM PAPEL CENTRAL, porque é essa investigação da realidade atual do país que vai dar os elementos fundamentais para o processo da educação de adultos: seja quanto aos temas de estudo, seja nos currículos, seja nos elementos de capacitação, sejam os elementos para elaboração dos materiais didáticos.

A investigação neste nível indica que, hoje, as tarefas do país são: a reativação econômica do país, especialmente a produção de grãos básicos e, secundariamente, a produção para agro-exportação; e a reativação da indústria das necessidades da agricultura. Indica também que há uma fase que vivemos no momento presente, na qual se dá prioridade à defesa.

Então, essas linhas já oferecem os elementos fundamentais para a elaboração de currículos, para a escolha dos eixos temáticos de trabalho. É preciso partir daí para montar o pla

no de educação. Mas tenho que voltar um pouco atrás, para juntar um outro elemento fundamental da investigação: a INVESTIGAÇÃO NA BASE.

A dimensão global, o nível nacional da investigação, sairá de discussões com o MIPLAN, com o MIDA ou com a Frente, ou com as organizações de massa a nível nacional - fornecendo os elementos globais do momento atual do país, as prioridades. Enquanto que a investigação de base dará os elementos particulares, onde a diversidade de realidades vai impor uma diversidade de currículos, uma diversidade de materiais didáticos que responda a essa diversidade das realidades locais ou regionais.

Vou terminar aqui, colocando rapidamente o seguinte: partindo de uma investigação que integre estes dois níveis - o global e o local - teremos uma noção nova de investigação, na qual a responsabilidade de fazer e dinamizar a investigação não ficará somente com uma equipe. Essa equipe precisa se descentralizar em termos operativos, para investigar tanto a nível nacional como a nível de base, usando todos os elementos intermediários: os CEPs, as sub-direções departamentais e municipais, etc.

A investigação deve ser introduzida nos currículos de formação de coordenadores. Por que? Porque os coordenadores têm o papel de investigar, junto com seus CEPs, a realidade imediata dos camponeses. Têm também o papel de integrar os resultados desta investigação feita por outros coordenadores, ao nível de "taller" semanal. Essa integração já dá uma compreensão, uma dimensão da realidade - realidade que vai além da situação imediata do camponês. E o coordenador pode levar de volta esta visão mais global, em forma de elementos para o currículo e para o trabalho do CEP.

Os promotores têm um nível ainda mais alto de globalização, porque a

lém de partir da investigação imediata eles podem partilhar com os outros promotores as investigações de suas respectivas realidades e, assim, chegar a uma visão integrada de toda uma comarca ou todo um município. Estes resultados fornecerão elementos para a elaboração do currículo, dos programas de capacitação e dos materiais adequados a essa realidade.

E, finalmente, os níveis departamentais e municipais podem juntar esses elementos e integrá-los, para permitir uma globalização que dará os elementos fundamentais aos companheiros de direção. Creio que este processo de investigação que passa por todos os níveis, de baixo até em cima, já é parte de uma pedagogia revolucionária e de uma metodologia revolucionária.

PARA A CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR

Antes de passar a palavra a vocês, gostaria de encerrar reafirmando um ponto que me parece central. No final, tudo isto leva à seguinte conclusão: PARA QUE OS ADULTOS CHEGUEM A EXERCER O PODER POPULAR PRECISAM APRENDER A TRANSFORMAR CONSCIENTE E CRITICAMENTE, A SISTEMATIZAR O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO E A DECIDIR QUE CAMINHO SEGUIR CONFORME SEU INTERESSE. Todas essas atividades que a educação nova é capaz de criar e desenvolver neles, determinam que a dimensão mais profunda do trabalho de vocês (a dimensão que é preciso socializar para todas as instituições e setores sociais do país) é a DIMENSÃO POLÍTICA, para a qual vocês de fato estão contribuindo. Vocês fazem isso quando capacitam o povo para essas atividades que o levam a construir o poder popular.

Vou tomar um exemplo da vida rural: para que os camponeses que frequentam um CEP desenvolvam as três capa

idades (de transformação crítica, de sistematização da sua realidade e de decisão sobre para onde caminhar) eles podem partir de uma noção vinda de cima sobre qual caminho seguir; mas eles podem também juntar essas orientações que vêm de cima com seus próprios depoimentos, para que o caminho a adotar seja uma resultante dessa junção.

Então, como vamos desenvolver a capacidade dos camponeses para que ofereçam sua contribuição nesse processo? No fundo está aqui a raiz da questão do poder popular: desenvolver a força resultante da conjugação de duas forças diferentes - a dos camponeses e a dos dirigentes. Para que as diretivas da vanguarda se juntem com as aspirações formuladas e sistematizadas pelo povo - e para que a força resultante seja precisamente o CAMINHO DA REVOLUÇÃO.

Para chegar a isso os camponeses têm que atingir uma visão crítica de sua realidade, o que significa: aprender a olhar esta realidade com olhos críticos. Se alguém examina o conhecimento empírico do camponês, o que encontra? Que ele tem uma visão empírica, experimentada da realidade, mas muitas vezes não sistematizada, não organizada no nível teórico. Então sua capacidade de transformar a realidade é limitada. Para ir além é preciso que ele alcance uma outra leitura da realidade, que implique não apenas os níveis mais imediatos de sua realidade - as casas, as pessoas - mas também uma visão global.

É por isso que investigar sua realidade imediata é um elemento importante. Daí que o trabalho no CEP tenha que incorporar cada vez mais prática-teoria-prática. Tem que sair de dentro das paredes da escola, onde o CEP se reúne, e ir para a realidade e trabalhar sobre ela; retornar ao CEP para teorizar sobre essa experiência e, a partir disso, preparar-se para uma ação mais transformadora, mais eficaz.

O que é que se deve investigar? O a

ulto vai investigar - insisto - sua realidade imediata, vai observá-la criticamente. Em termos de agricultura, ele vai examinar como tem produzido até hoje, que ferramentas tem usado, de que maneira se organizou - individual, familiar ou coletivamente - para produzir, se a produção foi ou não eficiente, se tem meios de transporte para comercializar o excedente, como comercializar, etc. Muitos deles têm perdido o fruto do seu trabalho por não saber contar, nem ler e nem escrever. Além disso, é preciso que saibam quanto produziram e quanto deve pagar-lhes o dono da terra (no caso de propriedade privada). E ainda: por que ficam doentes, de onde vêm as enfermidades, por que comem mal, etc. - tudo isso se pode e se deve investigar na realidade.

É claro que se poderia também escolher outra maneira de ensinar: chegar lá na praça do povo e dizer a eles todas as causas dos porquês. Isso lhes daria um conhecimento abstrato da coisa: Mas se alguém quer que eles descubram as causas e se apropriem desse conhecimento, que esse conhecimento venha deles e lhes dê força de mudar essa realidade, então tem que ir com eles para a realidade, estudá-la juntos, sistematizá-la e depois encontrar os caminhos para atuar sobre ela.

É por isso que eu sustento que a INVESTIGAÇÃO DA REALIDADE É ESSENCIAL NO CURRÍCULO DE QUALQUER PROGRAMA.

Mas, além disso, há outros níveis de realidade a investigar, que não poderão ser assumidos diretamente por eles. Nisso as organizações de massa têm uma contribuição fundamental a dar, porque essas organizações virão para investigar com o CEP ou tras dimensões dessa mesma realidade. A dimensão da organização sindical, por exemplo; a dimensão do papel da mulher na sociedade, etc. - e tudo isto pode sair da intervenção das organizações de massa a nível po

lítico-organizativo, mas também pedagógico. E essas organizações, portanto, poderão trabalhar com eles em outros níveis de organização.

Nesta outra investigação, se trata de ver o que fazem as mulheres nessa realidade, por que fazem as coisas tradicionalmente, se há ou não um elemento de dominação nas relações entre homens e mulheres, e como se pode superar isso. Assim, vemos que no nível dos coordenadores, em sua formação, é preciso introduzir esse elemento fundamental de investigação. E por isso eu queria indicar que o papel do coordenador é sobretudo o de ajudar aos estudantes do CEP a investigar, a descobri-la de uma maneira nova para transformá-la mais eficazmente - seja esse coordenador de agricultura, de educação ou de saúde, não importa.

Outro elemento que na minha opinião pode ajudar a entender isto, tem que ver com o fato de que, quando se sai de uma investigação - global ou específica - da realidade, chega-se necessariamente à elaboração de currículos que não são mais tradicionais (ou como os da escola tradicional). Porque a formulação dos eixos temáticos que vai sair dessa investigação, não vai falar de "Linguagem" ou "Matemática" ou "Ciências Naturais", vai falar de agricultura, de saúde, de defesa, etc. E o plano de estudos da educação popular básica no campo, vai ter que ser feito em torno do tema central da agricultura.

Assim, veremos que se vão delinear várias disciplinas que fornecerão os conhecimentos básicos ao camponês. Essas disciplinas provavelmente vão incluir a política do país com relação à agricultura (e aí se introduz todo o ensino da política de prioridade à agricultura, de prioridade ao camponês e suas necessidades, de prioridade ao setor de grãos básicos); assim também se poderá discutir todo o plano econômico de emergência para

a produção de grãos básicos e tudo o mais que está incluído na política do governo sobre a agricultura.

Então a principal contribuição que o pessoal do MIPLAN poderá dar é a capacitação dos coordenadores num primeiro nível. Eles vão ter noções de tecnologia agrícola, que implica a tecnologia que eles já tem - a local ou tradicional - bem como, as formas de aproveitá-la melhor ou dinamizá-la, mas também as novas tecnologias. Tudo isto é investigação e exige que se vá à realidade para estudá-la e sistematizá-la, porque ela não está sistematizada. Ao fazer esta sistematização, é preciso avaliar, e me parece também - pelo menos foi o que tirei das nossas discussões no MIPLAN e no MIDA - que a recuperação das tecnologias tradicionais é uma prioridade neste país; numa fase na qual a renda é mais importante que um novo investimento. A renda gera um investimento, mas o investimento de fora que é a introdução de novas tecnologias exige um capital que hoje o país não tem.

É por isso que vocês vão ter um papel muito importante nesse trabalho de recuperação de tudo o que, hoje, pode aumentar potencialmente a produção e a produtividade no país.

Ainda nesse nível entrarão outros temas, como a irrigação, o solo, etc. Depois, o próprio CEP, uma vez recebidos os conhecimentos básicos, poderá trabalhar em outros níveis de conhecimento, como os que se referem à defesa, à saúde, etc.

Todos esses elementos de investigação deverão estar presentes na nova pedagogia, onde coordenadores e membros dos CEPs vão juntos à realidade para estudá-la, sistematizá-la e agregar-lhe os elementos que recebem o promotor, o qual por sua vez recebe do município e do departamento, que por sua vez os recebem das organizações de massa.

REGIONAL NORTE

Escritório de Belém

Rua Bernal do Couto nº 1329
66.000 – Belém – PA
(091) 222-0318

Escritório de Abaetetuba

Rua Siqueira Mendes, nº 1640
68.440 – Abaetetuba – PA
(091) 751-1181

Escritório de Castanhal

Travessa Índio Betan nº 196
68.745 – Castanhal – PA
(091) 721-1836 (res. Eneide)

Escritório de Santa Luzia

Av. Newton Bello nº 1032
65.390 – Santa Luzia – MA

Escritório de Santarém

Av. Curuá-Una nº 1370
68.100 – Santarém – PA
(091) 522-1764 (res. Paulo)

Escritório de São Luís

Rua da Paz nº 417
Centro
65.000 – São Luís – MA
(098) 221-1175

REGIONAL NORDESTE

Escritório de Recife

Rua Cedro nº 52
Casa Amarela
50.000 – Recife – PE
(081) 268-3242

Escritório de Garanhuns

Av. Júlio Brasileiro nº 1152-A
Heliópolis
55.300 – Garanhuns – PE
(081) 761-0747

Escritório de Fortaleza

Rua Justiniano Serpa nº 839
Benfica
60.000 – Fortaleza – CE
(085) 223-4056

REGIONAL SUDESTE-SUL

Escritório do Rio de Janeiro

Rua Senador Dantas nº 117 grupo 1518
Centro
20.031 – Rio de Janeiro – RJ
(021) 220-7198

Escritório de São Paulo

Rua Loefgren nº 1651 – casa 6
Vila Clementino
04040 – São Paulo – SP
(011) 549-3888

Escritório de Vitória

Rua Frei Antônio dos Mártires nº 145
29.000 – Vitória – ES
(027) 223-7436

Escritório de Porto Alegre

Rua Gaspar Martins nº 470
90.000 – Porto Alegre – RS
(0512) 25-0787



Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Escritório Nacional: Rua das Palmeiras 90 – ZC 01

Tel.: (021) 286-6797 e 286-6134

22.270 – Rio de Janeiro (RJ)